



Anais da Assembléia

Nº 44

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Elío Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Bor-sato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nei-vo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Co-lombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 1997.
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irandi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Foti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 009/97

Curitiba, 09 de abril de 1997.

Senhor Presidente,

Através da presente tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre os dias 10 e 16 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de, no Estado de Virgínia, receber a "Medalha Thomas Jefferson em Arquitetura", concedida pela Universidade de Virgínia e proferir palestra na mesma Universidade e, em Washington, tratar de assuntos referentes aos financiamentos ao Paraná, junto ao BID e Banco Mundial.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 09.10.97.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado.

Ofício:

Senhor Presidente,

Esta proposta de transformação na simbologia dos cargos em comissão, do Tribunal de Contas, objetiva tão-somente dar tratamento salarial mais consentâneo com o desenvolvimento das atividades próprias cometidas a esta Casa.

De outro lado, como é possível verificar, no caso específico dos cargos de Diretor-Geral e Coordenador-Geral a alteração tem a virtude, apenas, de ajustá-la a situação já existente no âmbito dos Poderes Executivo e Judiciário, o mesmo ocorrendo com a adoção da gratificação objeto da Lei nº 8.089, de 05.06.85, não representando, portanto, criação nova.

Os custos decorrentes, por sua vez, estão dentro dos limites do razoável e não se afastam das possibilidades do erário e do próprio orçamento do Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Presidente

Art. 1º - Ficam transformados em simbologia AE-1, os cargos em Comissão, simbologias DAS-1, de Diretor Geral e Coordenador Geral do Tribunal de Contas.

Art. 2º - Os Cargos em Comissão de Diretor Geral e Coordenador Geral, simbologia AE-1, terão o mesmo tratamento previsto no artigo 14, da Lei nº 11.066, de 1º de fevereiro de 1995.

Art. 3º - Ficam transformados em simbologia DAS-1, os cargos em Comissão, simbologia DAS-2, em DAS-2 os de DAS-3 em DAS-4 os de DAS-5, existentes no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.

Art. 4º - Ficam transformados em simbologia 1-C, os cargos em Comissão, simbologias 2-C e 3-C, existentes no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.

Art. 5º - Ficam transformados em simbologia DAS-5, os cargos em Comissão, simbologia 1-C, existentes no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.

Art. 6º - O percentual da Verba de Representação, estabelecido no artigo 1º da Lei nº 9.018, de 20 de junho de 1989, combinado com o artigo 4º da Lei nº 9.436, de 9 de novembro de 1990, passa a ser o mesmo fixado no artigo 1º da Lei nº 8.089, de 5 de junho de 1985.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 648

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 652

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à deliberação da Casa o patrocínio da constituição de uma Comissão Representativa do Paraná, em alto nível e coordenando ações dos poderes constituídos com a sociedade organizada, para a sustentação da proposta de consolidar a cidade de Curitiba como Capital do MERCOSUL, em caráter virtual e no marco da integração continental.

Propõe mais que tal Comissão tenha a Coordenação Geral do Jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, primeiro defensor da tese em exame.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Comissão Representativa do Estado do Paraná para o MERCOSUL deverá articular os esforços do Poder Público Estadual (Assembléia através da Mesa e suas Bancadas Partidárias, Governo do Estado e Poder Judiciário) da Bancada Federal, das entidades empresariais e trabalhistas, representações da sociedade civil organizada e outros setores interessados, para a difusão da idéia do MERCOSUL como solução contemporânea para a viabilidade das Nações, sobretudo nos espaços continentais em desenvolvimento como a América do Sul.

Dentro dessa proposta geral a Comissão deverá diligenciar esforços para a sedimentação de iniciativas e realizações que visem à consolidação da cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, como cidade-pólo do bloco de integração continental - uma verdadeira "Capital do MERCOSUL" - empresário Dr. Francisco Cunha Pereira Fi-

lho, e já objeto de manifestação desta Legislatura Regional.

Acolhida esta proposição, a Assembléia deverá expedir os convites necessários para formalizar sua concretização, realizando os atos e reuniões preparatórios que a iniciativa demandar, em articulação com as demais autoridades, entidades e lideranças sociais empenhadas no mesmo objetivo.

Na primeira reunião preparatória deverá ser apresentado o projeto preliminar de atividades da Comissão, incluindo as medidas e sugestões adequadas à obtenção de seus fins: eventos, mobilização da opinião pública, ações de curto, médio e longo prazo e o mais que for recomendado pela cultura, experiência, bom senso e identidade paranista de seus participantes.

REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a formação de uma Comissão Especial, composta por cinco (05) membros, e com prazo de duração de cento e vinte dias (120) para interceder junto a Caixa Econômica Federal em Brasília e aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento sobre os despejos que vem ocorrendo com mutuários do Sistema Financeiro de Habitação.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 26 do Regimento Interno desta Casa de Leis, em seu inciso II.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Carlos Simões, Orlando Pessuti, Toti Colaço e Geraldo Cartário.

REQUERIMENTO Nº 645

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos do artigo 129, 132 § 3º e 97, I e § 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, REQUEREM a convocação do Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Miguel Salomão e do Presidente do BANESTADO, Senhor Domingos Miguel Murta Ramalho a comparecerem a esta Casa de Leis, a fim de deporem sobre afirmações feitas ante a CPI dos Precatórios no Senado Federal, em data de 08.04.97, pelo Senhor Luir Cheschim, procurador do Estado do Paraná e Senhor Nivaldo de Almeida funcionário da Prefeitura de São Paulo.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
IRINEU COLOMBO
DOUTOR ROSINHA
ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 646

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos do artigo 129, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, requerem a convocação do Procurador Geral do Estado, Doutor Luiz Carlos Caldas e do Doutor Luir Cheschim Procurador do Estado a fim de serem ouvidos pelo Plenário desta Casa Legislativa, em data a ser marcada, acerca de afirmações feitas no Plenário da CPI dos Precatórios dos Títulos Públicos do Senado Federal em data de 08.04.97, pelos Senhores Doutor Luir Cheschim, Procurador do Estado do Paraná e Senhor Nivaldo de Almeida, funcionário da Prefeitura de São Paulo.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(aa) PÉRICLES DE MELLO,
IRINEU COLOMBO,
DOUTOR ROSINHA e
ÂNGELO VANHONI.

REQUERIMENTO Nº 644

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro e o envio de votos de pesar à família do Senhor Dorvalino Furtado pelo seu falecimento.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O extinto senhor pertencia a tradicional família de La-

ges, teve participação ativa na vida pública dos Estados de Santa Catarina e Paraná. Seu falecimento abriu uma irreparável lacuna no seio da família e dos amigos.

Jamais se apagará da memória e do coração a lembrança do Senhor Dorvalino Furtado pela grande amizade e amor dedicado a todos que com ele tiveram o prazer de conviver.

Este parlamentar propõe que este Legislativo se solidarize com a família enlutada pela grande perda.

REQUERIMENTO Nº 660

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Maiorki, ocorrido no dia de hoje, 09 de abril de 1997, na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Requer ainda que seja oficiado à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Perde o Município de Toledo mais um pioneiro, que teve grande participação no desbravamento da então desconhecida terra toledana. Brava gente, firme decidido, pessoa destacada, respeitada e admirada em toda a região, pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo e desenvolvimento do município que escolheu para si e sua família viver.

A Assembléia Legislativa do Paraná se associa hoje à dor da família enlutada, transmitindo suas condolências para esposa, filhos, parentes e amigos.

REQUERIMENTO Nº 661

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pelo falecimento de João Betiati, no dia 08/04, na cidade de Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor João Betiati foi um dos pioneiros que, juntamente com sua família, ajudaram a construir a história do Município de Ibiporã, constituindo-se em exemplar cidadão para toda a sociedade Ibiporãense.

REQUERIMENTO Nº 630

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, voto de louvor, congratulações e muito aplauso a empresa IMOBILIÁRIA CILAR, que completa 35 anos de existência, como exemplo de organização empresarial em seu setor e hoje, cada vez mais preocupada em acompanhar o avanço do mercado, sempre atendendo melhor seus clientes. É importante que nossas empresas, genuinamente paranaenses, recebam nosso aplauso, para que possam continuar crescendo e mantendo seus empregados, gerando impostos e conforto aos seus clientes. Na figura de seu Diretor Geral e sócio, João Françolin Tomazini, os melhores cumprimentos, extensivos a toda a sua equipe de trabalho, em nosso próprio nome e de toda esta Casa de Leis do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 655

Senhor Presidente,

O Senhor André Antonio Maggi, recentemente agraciado com o Título de Cidadão Honorário do Paraná, é o pioneiro da Região Oeste do nosso Estado onde destacou-se por seus empreendimentos em São Miguel do Iguçu.

Atualmente, embora mantenha-se vinculado ao nosso Estado, o Senhor André Antonio Maggi ocupa a posição de Prefeito do Município de Sapezal, Mato Grosso, e tem sido

destacado aos meios de comunicação como o maior produtor de soja do Brasil.

Homem de hábitos simples, construtor de um império de trabalho e desenvolvimento desbravador do Paraná, agora desbravador do Brasil, o Senhor André Antonio Maggi associou-se ao BNDES e ao Governo do Estado do Amazonas para a construção do Porto de ITACOATIARA, no Rio Madeira.

O projeto, de grande significado para a região, tem como objetivo o escoamento da produção de grãos daquela região, por hidrovias, com destino ao mercado Europeu, Asiático e Norte-americano.

A chapada dos Parecis, como o Oeste do Paraná, reconhecem em André Antonio Maggi a figura de um empresário ousado, e determinado a realizar as transformações necessárias para o desenvolvimento Nacional.

O porto de ITACOATIARA, sonhado e agora concretizado pela iniciativa de Maggi, tem tamanha relevância para o desenvolvimento do Centro-Norte do Brasil que, em sua inauguração, nesta semana, contará com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

André Antonio Maggi, hoje conhecido como o Rei da Soja, na verdade faz jus a esta homenagem por ser um cidadão dedicado à causa de fazer do Brasil um país do presente, grande desenvolvido e justo.

Em razão disto, mais que uma homenagem, este Voto de Louvor constitui-se em reconhecimento do Paraná aos esforços realizados por André Maggi para o desenvolvimento Nacional.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 659

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio ao Congresso Nacional, nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Senador Antonio Carlos Magalhães e Deputado Michel Tamer, de uma MOÇÃO DE APOIO à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional PEC 169/93 e solicitar sua imediata colocação em pauta, em sua versão original, para garantir a proibição do uso de recursos da Seguridade Social para financiamento do Tesouro.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Se faz urgente e necessária uma fonte fixa de financiamento para o Sistema Único de Saúde - SUS, pois os recursos destinados a Seguridade Social não devem ser desviados para outros fins que não a sua destinação de origem.

Entendemos, também, que o Governo Federal deve contribuir para a manutenção do sistema com recursos próprios e não apenas aqueles previstos no Orçamento de Seguridade Social.

Isto posto e considerando que a Plenária Nacional de Saúde, em 04/02/97, recomendou a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional PEC 169/93, esperamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Resolução CES/PR nº 09/97.

O Conselho Estadual de Saúde do Paraná reunido ordinariamente em dois de abril de mil novecentos e noventa e sete, considerando que:

- Se faz urgente e necessária uma fonte fixa de financiamento para o Sistema Único de Saúde - SUS, os recursos destinados a Seguridade Social não devem ser desviados para outros fins que não a sua destinação,
- O Governo Federal deve contribuir para a manutenção do sistema também com recursos próprios e não apenas aqueles previstos no Orçamento de Seguridade Social,
- As ações e serviços de Saúde são considerados de relevância pública pela Constituição Federal,
- A Plenária Nacional de Saúde realizada em Brasília em 04.02.97, recomendou a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 169/93,

RESOLVE

Aprovar, Moção de Apoio à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 169/93, e conchamar a imediata colocação em pauta e aprovação da PEC 169/93, em sua versão original, garantindo a proibição do uso dos recursos da Seguridade Social para financiamento do Tesouro.

Curitiba, 07 de abril de 1997.

Armando Raggio

PRESIDENTE DO CES/PR

Homologo a Resolução CES/PR nº 09/97, nos termos do Parágrafo 2º, artigo 1º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Armando Raggio

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

REQUERIMENTO Nº 628

Senhor Presidente,

Conforme prescreve o Regimento Interno, o adiante nominado, deputado com assento nesta Assembléia, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Ramiro Wahrhaftig, solicitando ao mesmo que, em caráter de urgência, determine a liberação dos recursos para a conclusão do curso de Especialização em Educação Física, áreas de concentração em Treinamento Desportivo e Educação Física Escolar, promovidos pela Universidade Estadual de Maringá para o Núcleo Regional de Ensino de Umuarama, beneficiando os professores de 1º e 2º graus daquela região.

Foram matriculados cinquenta alunos no referido curso de pós-graduação. O projeto foi organizado em conformidade com as orientações da Secretaria de Estado da Educação. Esse projeto foi aprovado em maio de 1996 pela UEM e o curso foi iniciado em novembro de 1996.

Até a presente data não foram liberados recursos e os professores que já ministraram as quatro primeiras disciplinas necessitam receber os respectivos salários. Nessa fase, os professores integram os quadros da própria UEM e aceitaram ministrar as aulas com o recebimento posterior. Contudo, de agora em diante, os professores pertencem a outras instituições e não aceitam participar das aulas sem remuneração prévia.

Na SEED, esse processo recebeu o número de protocolo 2.955882-5 e a última informação que tem a UEM é a de que o mesmo se encontra na GFS da Secretaria de Educação do Estado.

Diante desse problema criado pela Secretaria de Estado da Educação, as aulas do curso de pós-graduação que têm início previsto para o próximo dia 11 de abril, correm o risco de não contarem com professores para viabilizá-las.

Após a conclusão das disciplinas restantes, começam as orientações para os trabalhos de conclusão do curso (monografia).

Não é aceitável que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação frustre essa iniciativa que visa levar ao interior do Paraná cursos de pós-graduação de excelente qualidade. Essa postura não se coaduna com as diretrizes propaladas pelas autoridades responsáveis pela área de educação. Não basta gastar recursos públicos divulgando avanços na Educação, é preciso que os recursos que efetivamente melhoram a qualidade de ensino estejam disponíveis no momento oportuno.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 593

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor José Henrique de Faria, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, convidando-o a vir a esta Casa - conforme entendimentos verbais já havidos com Sua magnificência - para discorrer neste Plenário sobre o ato administrativo que demitiu a Diretoria do Hospital de Clínicas, bem como fornecer subsídios aos senhores parlamentares sobre a real situação do HC.

Nestes termos, pede deferimento, enviando cópia do

Jornal O Estado do Paraná que publicou reportagem sobre o assunto - conforme comprovante em anexo.

Sala das Sessões, em 09.04.97.
(a) RENATO ADUR

Bancada federal do PR protesta contra a exoneração da antiga diretoria do hospital

A bancada de deputados federais do Paraná apresentou ontem um manifesto de apoio ao Hospital de Clínicas e ao seu ex-diretor, o professor Mário Sérgio Julio Cerci. Os parlamentares lamentam a grave crise vivida pelo hospital, mas afirmam que a exoneração de Cerci pelo reitor da UFPR (Universidade Federal do Paraná), José Henrique de Faria, foi injustificada. "A bancada decidiu por unanimidade se solidarizar com o diretor do HC por sua ilibada, democrática e competente administração", argumentam os deputados no documento. Cerci e toda a diretoria do Hospital de Clínicas foram exonerados em 31 de março.

No manifesto de apoio ao ex-diretor do HC, os parlamentares da bancada federal do Paraná afirmam que o reitor da UFPR - com a exoneração da equipe - impediu o Conselho Universitário de analisar e colocar em prática um planejamento emergencial contendo alternativas para a obtenção de recursos destinados a normalizar o atendimento de emergência no hospital e a torná-lo viável economicamente.

"Isto provocará novos prejuízos para o hospital, tendo em vista que se aquelas medidas não fossem tomadas até 31 de março só poderiam ser tomadas 60 a 90 dias após o novo Acordo Coletivo de Trabalho ter sido negociado", dizem. Ainda de acordo com os deputados, Cerci fortaleceu a ação da sociedade em defesa do HC por meio da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas. Por meio deste trabalho, de acordo com os parlamentares, foi possível o ingresso de R\$ 1,6 milhão em 1996 em benefício do hospital.

Emendas individuais

Preocupados com a crise que afeta o maior hospital do Estado, os parlamentares abrirão mão de suas emendas individuais ao Or-



□ Cerci: apoio integral dos deputados paranaenses.

Hospital é um dos melhores do país

Segundo o apoio da UFPR (Universidade Federal do Paraná), o HC é responsável por 25% dos atendimentos do SUS (Sistema Único de Saúde) em Curitiba e por cerca de um milhão de procedimentos médicos, todos os anos. O Hospital de Clínicas é considerado um dos quatro melhores hospitais do país ligados ao MEC (Ministério da Educação) e forma cerca de 400 médicos por ano (50% dos profissionais da área graduados no Paraná).

O Hospital de Clínicas tem nos serviços de transplante de medula óssea no Brasil e a única a fazer transplantes entre pessoas não aparentadas da América Latina. O hospital também é especializado em transplante hepático, diagnóstico de doenças neurológicas e de controle de infecção hospitalar.

çamento e propuseram uma emenda de bancada em benefício do HC no valor de R\$ 12 milhões para este ano. Mais tarde, porém, este valor acabou sendo reduzido para R\$ 6 milhões. Depois, os deputados voltaram a abrir mão de suas emendas individuais e propuseram uma nova emenda, desta vez no valor de R\$ 4,3 milhões.

A crise do HC decorre de dois problemas estruturais. O primeiro deles, segundo afirmam os deputados, é o fato de o MEC re-

Fundo de Saúde recebe verba de R\$ 11 mil

O Ministério da Saúde repassou R\$ 11,5 milhões para Curitiba relativo ao mês de março. O dinheiro está disponível na conta do Fundo Municipal de Saúde desde ontem. Segundo o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, esta verba permitirá ao Fundo de Saúde fazer o pagamento das internações e atendimentos ambulatoriais (consultas, exames de laboratório, radiografias, curativos) pelos hospitais credenciados ao SUS (Sistema Único de Saúde).

O ministro da Saúde diz também que na gestão semiplena, à qual pertence Curitiba, o governo repassa as verbas para o custeio das despesas médicas diretamente para os municípios. "Desta forma, as prefeituras de todo o país gerenciam os seus serviços de saúde, aplicando os recursos de acordo com as suas necessidades", afirmou Albuquerque.

O Conselho Municipal de Saúde - formado por representantes do governo, prestadores de serviço e profissionais da saúde - é responsável pela fiscalização e aplicação da verba. O ministro Carlos Albuquerque disse ainda que, no próximo dia 10 (quinta-feira da semana que vem), o governo repassará aos municípios em gestão semiplena o pagamento do reajuste de 25% referente a março deste ano e a maio de 1996.

passar ao hospital apenas 50% da folha de pagamento dos funcionários. Isto obriga o hospital a desembolsar mensalmente R\$ 1,7 milhão. Os parlamentares tiveram um encontro com o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, para pedir providências em relação ao problema. Outro problema é que 99% dos atendimentos do HC são feitos pelo SUS - cuja tabela remunera o hospital muito abaixo do custo dos atendimentos prestados aos pacientes.

REQUERIMENTO Nº 626

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a criação da Delegacia da Mulher, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cianorte conhecido como a Capital do Vestuário tem na sua população a grande maioria constituída por mulheres. Como é sabido, aquele Município tem na Indústria do vestuário a sua grande vocação, daí ser a mulher a mola propulsora dessa Indústria que movimenta aquela Cidade.

Assim, de acordo com estatísticas, em poder da Secretaria de Segurança, o Município de Cianorte necessita de uma Delegacia Especializada da Mulher, que poderá dar atendimento específico àquelas que necessitam desse órgão.

REQUERIMENTO Nº 627

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar a família Gomes, do Município de Nova Laranjeiras, pelo passamento do Senhor João Batista Gomes.

Requer ainda, que do teor do presente, seja dado ciência à família.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) NEREU MOURA.

JUSTIFICATIVA:

Tradicional família domiciliada no Município de Nova Laranjeiras, nosso bom amigo João Batista Gomes fincou suas raízes em Nova Laranjeiras, onde por muitos anos desenvolveu atividades profissionais e viu crescer sua sólida família.

Pai do atual Prefeito de Nova Laranjeiras, José Lineu Gomes, deixou plantado no seio doméstico exemplos de correção, honestidade e integridade.

Deixará em todos os seus familiares e descendentes um sentimento de dor e saudade irreparáveis. Aos amigos e companheiros, uma vida de lealdade e amizade pura e desinteressada.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembleia Legislativa do Paraná cumpre o doloroso dever de se

Exposição de Motivos nº

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A atual Administração iniciada em 1995, colocou a Reforma Agrária como prioridade no Programa de Governo, visando melhor distribuição do terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

O aparato Institucional na esfera do Governo Federal para a execução da Reforma Agrária é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA que tem, ao longo de seus vinte e seis anos de existência, passado por diferentes nuances quanto ao grau de importância que é considerado no Poder Executivo, mas diante do clamor social, principalmente pelos trabalhadores da terra, a relevância deste Autarquia é de ordem primeira, tal que todos os esforços são direcionados para o fortalecimento da mesma em todos os seus setores de funcionamento, pois as ações de Reforma Agrária ficaram definidas como estratégica para apaziguar os problemas sociais no campo.

Assim a valorização das atividades finalísticas, identificadas por Cadastro Rural, obtenção de terras e assentamento são princípios e linhas de ação da política governamental atual.

Nessa linha de ação, está a fixação de 280 mil famílias no período de 1995/1998, é cusada, se consideradas as realizações de períodos anteriores, entretanto é um marco quanto à utilização da Reforma Agrária como instrumento de Programa de Governo.

associar à dor e ao pesar recebidos pela família Gomes, e a ele endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 629

Senhor Presidente,

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente aos Excelentíssimos Senhores, Doutor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República; Doutor Luiz Carlos Bresser Pereira, Ministro do Estado da Administração e Reforma do Estado; Senador Carlos Magalhães; Deputado Federal Michel Tamer, e a Bancada Federal do Paraná na Câmara Federal e no Senado, conforme o exposto acima, com cópia para a Superintendência do INCRA no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) RENEY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A Gratificação de Estimulo à Fiscalização e Arrecadação para o Cargo Efetivo de Técnico em Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, é uma antiga reivindicação dos funcionários daquele órgão, visto que são eles os responsáveis pelos levantamentos das áreas para implantação da Reforma Agrária, se deslocando de um município para outro, e até para outros Estados. Nos casos de invasões, são eles também os primeiros a serem convocados para um levantamento das áreas invadidas, para verificarem in-loco a situação das áreas invadidas, tendo de enfrentar tanto os invasores como os proprietários, para darem os seus pareceres se as áreas são produtivas ou improdutivas.

GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

ASSUNTO: GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO

Senhor Ministro,

Submeto o assunto à consideração de V.Exa., opinando por encaminhar a presente proposta ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE, na forma das minutas de Aviso, Exposição de Motivos e Medida Provisória, em anexo.

Brasília, de de 1997.

Em, de de 1997

Assim, no contexto de uma política de pessoal realista para o Setor Público, adotada na atual Administração, de valorizar a mão-de-obra que apresenta níveis crescentes de produtividade, ora se propõe um tratamento especial para a classe de Técnico em Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O profissional de Técnico em Cadastro Rural no INCRA tem funções finalísticas pelo contado direto e ininterrupto com todos os detentores de imóveis rurais a qualquer título pela atividade de coleta de informação tanto na sede do INCRA quanto em todo o Território Nacional, também orienta, atualiza, fiscaliza e implementa viabilizando o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR constituído do Cadastro de Imóveis Rurais, Cadastro de Proprietários e Detentores de Imóveis Rurais, Cadastro de Arrendatários e Parceleros Rurais e do Cadastro de Terras Públicas, onde seleciona a Classificação Fundiária dos 3.500.000 Imóveis Rurais cadastrado no SNCR em Minifúndio, Pequena Produtiva, Pequena Improdutiva, Média Produtiva, Média Improdutiva, Grande Produtiva e

Wet

Grande Improdutiva expedindo CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural), Lei 4.947, Art. 22 de 06 de abril de 1966 - documento sem o qual os proprietários, sob pena de nulidade, desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda imóveis rurais e até em caso de sucessão causa mortis, nenhuma partilha amigável ou judicial, poderá ser homologada pela autoridade competente sem apresentação do referido Certificado.

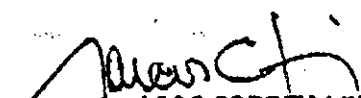
Aos Técnicos em Cadastro Rural compete a verificação do real uso da Terra de sua produção e dominialidade através da solicitação da documentação comprobatória e, quando couber, de vistoria do imóvel levando também outros aspectos do cumprimento da função social da propriedade.

Ao aferir a classificação dos imóveis rurais e o cumprimento da sua função social, visando gerar um estoque de terras passíveis de incorporação as ações de Reforma Agrária compõem-se o universo fiscalizável, seguindo critérios básicos e específicos, preferencialmente os imóveis rurais com área superior a 15 módulos fiscais e classificados como propriedade produtiva. Deste universo, seleciona-se prioritariamente para fiscalização os imóveis rurais segundo a ordem decrescente quanto ao número de módulos fiscais.

Nesto particular o relacionamento dos profissionais com reivindicações dos trabalhadores rurais "sem terra" por um lado, e por outro com proprietários de terras que não apresentam sensibilidade ou conhecimento do alcance das ações de Reforma Agrária, dão a dimensão dos riscos envolvidos no desempenho de atividades.

Assim, o projeto de Medida Provisória, que ora se submete à consideração de Vossa Excelência, institui a Gratificação de Desempenho Técnico devida aos ocupantes de cargo efetivo de Técnico em Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, cuja carreira existe desde 1965, logo após a Edição do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504 de 30/11/64, quando da criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA - Órgão que antecedeu o INCRA. A efetivação de tal medida visa consolidar o propósito da atual Administração de implementar a Reforma Agrária no País, bem como, deilinear um novo perfil para os servidores da União, colocados em funções estratégicas do Programa de Governo.

Respeitosamente,


MARCOS CORREIA LINS
Ministro de Estado Extraordinário de Política
Fundiária (Interino)

LUIS CARLOS BRESSER GONÇALVES PEREIRA
Ministro de Estado da Administração e Reforma do
Estado

PROCESSO Nº

FOLHA

ANEXO

• Realizar estudos para a fixação dos índices e tabelas relativos à tributação, e das normas para a respectiva arrecadação;

A nível institucional, de conformidade com as atribuições citadas, é competência exclusiva dos profissionais citados a execução, o acompanhamento e a avaliação das atividades pertinentes ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, constituído do Cadastro de Imóveis Rurais, Cadastro de Proprietários e Detentores de Imóveis Rurais, Cadastro de Arrendatários e Parceiros Rurais e do Cadastro de Terras Públicas, de fundamental importância no processo de identificação de terras para o processo de Reforma Agrária.

Tramita nesta Diretoria de Recursos Humanos expediente encaminhado pelos servidores ocupantes do cargo de Técnico de Cadastro Rural, da Sede e de várias Superintendências Regionais, onde é solicitado ao Senhor Ministro Extraordinário de Política Fundiária a criação de uma gratificação denominada "Gratificação de Estímulo à Arrecadação e Fiscalização".

A Gratificação destina-se à complementação da remuneração dos servidores ocupantes do citado cargo, do Quadro de Pessoal deste Instituto, e considerando situações semelhantes, constantes das Medidas Provisórias nºs. 1497-25 e 1.496-24, ambas de 29/11/96, deverá observar o limite máximo de 2.236 pontos por servidor, correspondendo cada ponto a 0,0936% do maior vencimento básico do nível intermediário.

Considerando que o maior vencimento básico do nível intermediário corresponde a R\$ 309,93 (Trezentos e nove reais e noventa e três centavos), teria os seguintes valores:

PONTOS	CALCULO	VALOR (R\$)
1	$R\$ 309,93 \times (0,0936/100)$	0,29009448
2.238	$0,29009148 \times 2.238$	649,21

A gratificação deverá ser concedida de conformidade com critérios de desempenho individual e institucional, a serem disciplinados posteriormente.

Para melhor avaliação de V.Sa., quanto aos padrões de remuneração praticados, na tabela abaixo busca-se retratar a situação de servidores posicionados na classe A, padrão III, com 15 anos de serviço:

VANTAGENS/CARGO	PROCURADOR	ENGENHEIRO AGRONOMO	TÉCNICO CADASTRO RURAL
Vencimento	524,30	524,30	309,93
GAE	838,88	838,88	495,88
Anuênio	78,64	78,64	46,48
Grat. Art. 7º Lei 8.460/92	208,64	107,21	
Grat. Decreto-lei 2.333/87	1.441,82	-	
Total	3.092,28	1.549,03	852,29

PROCESSO Nº

COLMA

REVISÃO

CABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS - DH

ASSUNTO: GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO

Senhor Presidente,

Compete aos servidores ocupantes do Cargo de Técnico do Cadastro Rural, de nível intermediário, do Quadro de Pessoal do INCRA, com a descrição constante do Plano de Cargos e Salários desta Autarquia:

- Emitir pareceres e informações sobre questões relacionadas com cadastro, zoneamento, módulo e tributação;

- Examinar, criticar e elaborar normas para o planejamento dos questionários do Cadastro de Imóveis Rurais, de arrendatários, de parcelários e de terras públicas;

- Elaborar normas e rotinas técnicas relativas ao cadastro e tributação;

- Realizar trabalhos técnicos, objetivando a fixação do zoneamento do País;

- Elaborar normas técnicas para determinação dos índices de caracterização de zonas críticas, zonas típicas de módulo, valores de módulo, rendimento de produtos básicos e outros necessários à aplicação dos coeficientes de progressividade e regressividade;

- Elaborar normas relativas à organização e à manutenção atualizada do cadastro de imóveis em todo o País;

- Proceder ao levantamento de dados cadastrais e de tributação;

- Auxiliar na elaboração de projetos de cadastro e no estabelecimento de critérios e normas para a sua implantação;

- Analisar e criticar os trabalhos de preparo do material relativo a cadastro e tributação, para fins de processamento;

- Supervisionar e criticar os trabalhos de preparo do material relativo a cadastro e tributação, para fins de processamento;

- Estudar e propor critérios para o cálculo do ITR, seus coeficientes e fatores, da Taxa de Serviços Cadastrais e de outros tributos, ou contribuições que tenham o seu lançamento, arrecadação e controle cometidos ao INCRA;

Assim, Senhor Ministro, entende esta Diretoria como oportuno e procedente o pleito dos servidores ocupantes do cargo de Técnico em Cadastro Rural, em razão da relevância do papel desses profissionais nos procedimentos de Cadastro Rural, ressaltando ser tal atividade incumbência típica do Estado, pelo que anexo minutas de Aviso, Exposição de Motivos e Medida Provisória, a serem submetidas ao Senhor Ministro, referentes ao encaminhamento do assunto, caso haja, acórdância de V. Sa.

Em, de de 1997.


JOSÉ NYVALDO GOMES CORDEIRO
Diretor de Recursos Humanos

GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA

AVISO Nº 006 - A


Brasília, 17 de janeiro de 1997.

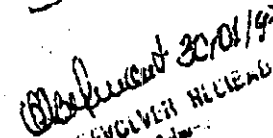
Senhor Ministro,

Considerando o tratamento que esse Ministério vem observando em relação a atividades típicas do Estado, na forma das Medidas Provisórias nºs. 1.497-25 e 1.496-24, ambas de 29/12/96, venho solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de analisar a possibilidade de, em conjunto com este Gabinete, submeter à apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, proposta de inclusão da categoria de Técnicos de Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em idêntica situação aos profissionais contemplados nos dispositivos mencionados, consoante os termos de Exposição de Motivos e minuta de Medida Provisória, em anexo.

O assunto que ora submeto à Vossa Excelência tem por objetivo consolidar o propósito da atual Administração de implementar a Reforma Agrária no País, bem como delinear um novo perfil para os servidores da União, colocados em funções estratégicas do Programa de Governo.

Atenciosamente,


MARCOS CORREIA LINS
Ministro de Estado Extraordinário
de Política Fundiária
Interino


FAVOR RECEBER
Em 17 de Janeiro de 1997
Luiz Carlos Bresser de Oliveira Pereira
Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado

Excelentíssimo Senhor
LUIZ CARLOS BRESSER DE OLIVEIRA PEREIRA
Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado

MEDIDA PROVISÓRIA Nº

DE

DE

DE 1997.

Cria a Gratificação de Incentivo à Fiscalização e Arrecadação para o cargo efetivo de Técnico em Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, edita a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Incentivo à Fiscalização e Arrecadação devida aos ocupantes do cargo efetivo de Técnico em Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Parágrafo Único. A Gratificação de Incentivo à Fiscalização e Arrecadação a que se refere este artigo será concedida aos servidores com carga horária de quarenta horas semanais.

Art. 2º A Gratificação de Incentivo à Fiscalização e Arrecadação terá como limite máximo 2.238 pontos por servidor, correspondendo cada ponto a 0,0936% do maior vencimento básico do nível intermediário, observados o disposto no art. 2º da Lei nº 8.477, de 29 de outubro de 1992, e os limites estabelecidos no art. 12 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, e no art. 3º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994.

§ 1º A Gratificação de Incentivo à Fiscalização e Arrecadação será calculada observando-se critérios de desempenho individual dos servidores e institucional do órgão, conforme dispuser ato conjunto do Ministro Extraordinário de Política Fundiária e do Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, no prazo máximo de até sessenta dias.

§ 2º Os servidores titulares do cargo de que trata o art. 1º, quando cedidos para órgãos e entidades do Governo Federal, para o exercício de funções de confiança, perceberão a gratificação:

a) sem restrições, quando para o exercício de cargos em comissão de níveis DAS-5, DAS-6 e de Natureza Especial, ou equivalente;

b) limitada a cinquenta por cento do valor previsto no caput deste artigo, quando para o exercício de cargo em comissão de nível DAS-4, ou equivalente.

§ 3º Não terão jus à Gratificação os servidores cedidos nas condições do § 2º, para o exercício de cargos de direção, chefia e assessoramento de nível DAS-3 e inferiores ou equivalentes, ou para Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 4º A Gratificação a que se refere o art. 1º será paga a partir de 1º de janeiro de 1997, em valor equivalente a setenta por cento do previsto no caput deste artigo, até a regulamentação de que trata o § 1º.

Art. 3º O Disposto nesta Medida Provisória aplica-se aos proventos da inatividade e às pensões decorrentes do falecimento do servidor público federal, observado o disposto em regulamento.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de _____ de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Luiz Carlos Bresser Pereira
Raul Beleni Jungmann Filho

REQUERIMENTO Nº 631

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido de moradores do Bairro Alto, os quais solicitam policiamento ostensivo na Rui Rio Iriri, em frente ao nº 880, uma vez que nesse local existe um terreno baldio com mato muito alto e parte do muro quebrado, onde desocupados reúnem-se para fumar maconha e fazer algazarra deixando todos os moradores muito apreensivos.

A presença de policiais com certeza proporcionará maior segurança para a população bem como afastará os desocupados do local.

Sala das Sessões, em 09.04.97.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de proceder reparos na Rua 1, paralela com a BR - 277, tendo em vista que nessa Rua fica localizado o Centro de Amparo aos Idosos, Jesus, Maria e José. As condições da mesma são péssimas, necessitando de limpeza do mato, passagem da máquina e colocação de saibro. Muitas pessoas voluntárias fazem visitas e prestam assistência social aos idosos e estão encontrando dificuldades de locomoção devido a falta de conservação da Rua 1, a qual dá acesso ao Centro.

Sala das Sessões, em 09.04.97.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 633

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Bandeirantes, localizado no Município de São José dos Pinhais, os quais solicitam policiamento ostensivo nesse bairro, uma vez que existem muitos vândalos no período da tarde e à noite amedrontando a população e fazendo uso de drogas. Providências urgentes necessitam ser tomadas prevenindo-se a ocorrência de acontecimentos mais graves.

Sala das Sessões, em 09.04.97.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 634

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido de proprietários de residência localizada na Rua Alagoas, no Balneário de Ipanema, a qual solicita policiamento no local, uma vez que existem muitos vândalos que além de roubar e arrombar as residências, dormem nas mesmas. A situação vem se agravando a cada dia e a presença de policiais com certeza inibirá a ação desses desocupados. Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a Senhora Nair Linhares pelo telefone 244-5313.

Sala das Sessões, em 09.04.97.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 635

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários do

ônibus que faz a linha Porteira, no Município de Colombo, que, tem ponto final da BR 116, quanto a colocação de mais carros nessa linha, tendo em vista que o trajeto é feito de 02 (duas) horas e 30 (trinta) minutos, dificultando o dia-a-dia de toda a população. Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a Senhora Roseli Padilha pelo telefone 252-0079.

Sala das Sessões, em 09.04.97.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Martins de Oliveira, solicitando providências em relação a denúncia formulada e anexada a este requerimento.

Sala das Sessões, em 09.04.97
(a) DOUTOR ROSINHA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCANDOS,
PAIS E EDUCADORES - A.C.E.P.E.

Ofício nº 17/97

Curitiba, 31 de março de 1997.

Vimos através do presente solicitar de V. Exa. providências preventivas de crimes e assaltos que estão acontecendo na BR 116 em local conhecido como Vila Zumbi entre o Parque Castelo Branco e o Clube Santa Mônica.

Existem no local formação de gangs que assaltam os ônibus da Viação Castelo Branco que para passarem na região têm que formar comboios com a Polícia Militar, recusando-se até de parar nesses locais, com justa razão para evitar crimes e assaltos.

Os componentes das gangs colocam um rapaz deitado no meio da estrada e simulam mais uns 7 elementos estarem atendendo a esta pessoa.

Porém se a pessoa que vem de carro parar não se sabe o que pode acontecer.

Colocam barricadas incendiadas e agredem as pessoas que passam entre 22 e 24 horas e finais de semana principalmente de sexta-feira em diante com paus e palavrões. Assaltam motoristas de ônibus e passageiros de carros que trabalham ou estudam em Curitiba, residindo em Quatro Barras ou Campina Grande do Sul.

Inclusive os associados do Clube Santa Mônica estão apavorados com a formação de gangs nessa região.

A polícia quando solicitada alega não ter viaturas suficientes para policiamento preventivo.

Na última sexta-feira, dia 21 de março, uma jovem moradora da região voltando de um curso em Curitiba foi abordada pela turma que simulava atender a um rapaz deitado no meio da estrada. A jovem ao detectar movimento na cabeça do elemento deitado não diminuiu a velocidade acelerando e buzinando os outros (mais ou menos uns 7 elementos) se evadiram e o que estava deitado quase foi atropelado; a jovem conseguiu escapar, porém levou um enorme susto e se arriscou muito a tombar o carro na curva que existe no local.

Porém se se tratasse de uma pessoa sem tal presença de espírito hoje poderia estar morta, pois nem todas as pessoas conseguem reagir em tempo e se controlar no volante diante de uma situação como essa.

Solicitamos de V. Exa. urgentes providências como a instalação neste local de um módulo policial e iluminação suficiente, a fim de evitar tragédias irremediáveis, pois segundo informações de um delegado regional esta favela está cheia de elementos criminosos oriundos da favela da Rocinha do Rio de Janeiro.

Certos de contarmos com sua precisa atenção e providências desde já agradecemos.

Atenciosamente,
(a) Rute Pereira Ramos Ayres
Presidente

Ao Deputado Estadual:
Florivaldo Fier

REQUERIMENTO Nº 638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Leônicio Vieira de Rezende, Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público defronte a Escola Municipal do Bairro da Fartura, no Município de Morretes-PR.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 639

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Leônicio Vieira de Rezende, Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público nos seguintes endereços Snooker Vilas Bar, Estrada do Anhaia, após a Igreja de Deus é Amor no Município de Morretes-PR e no Bar São Pedro, Estrada do Anhaia, após a Igreja São Pedro no Município de Morretes-PR.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 649

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a notícia de que a Caixa Econômica Federal está executando cerca de 200 despejos por mês, e vendendo em leilão por preço muito inferior e condições muito melhores àquelas exigidas dos mutuários, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente, em caráter de urgência, ao Exmo. Sr. Dr. Aparecido Ferrari Rolin, DD. Superintendente de Escritórios de Negócios Curitiba/Norte, Representante Institucional junto aos Órgãos Públicos, solicitando a imediata suspensão das execuções propostas contra os mutuários de Maringá e a reabertura de novas negociações, possibilitando aos atuais mutuários as mesmas condições que o órgão financiador oferece aos arrematadores desses imóveis que estão sendo objeto de execução e leilão, criando grave problema social.

Requer ainda, que seja enviada cópia ao Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal em Maringá, Dr. Lauri Ely.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 650

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente, em caráter de urgência, ao Exmo. Sr. Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto, solicitando a imediata intervenção do Ministério Público Estadual nas ações de execução propostas pela Caixa Econômica Federal contra os mutuários de Maringá, visando proteger seus direitos, especialmente no sentido de abrir novas oportunidades de negociações, possibilitando aos atuais mutuários as mesmas condições que o órgão financiador oferece aos arrematadores desses imóveis quando são objeto de execução e leilão.

Requer ainda, que seja enviada cópia ao Promotor de Justiça de Defesa dos Direitos da Cidadania e do Consumidor em Maringá, Dr. João Angelo Leonardi.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 651

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER envio de expediente, em caráter de urgência, ao Exmo. Dr. Dailton Carlos Eduardo Franca, solicitando a imediata intervenção nas execuções propostas contra os mutuários de Maringá, abrindo novamente as negociações e possibilitando aos atuais mutuários as mesmas condições que o órgão financiador oferece aos eventuais compradores destes imóveis que estão sendo objeto de execução e leilão, criando grave problema social.

Requer nesta oportunidade, informações sobre os procedimentos criminais instaurados em Maringá para

apuração das irregularidades na construção de imóveis com financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação.

Requer ainda, que seja enviada cópia ao Procurador da República em Maringá, Dr. Natalício da Silva.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 656

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente às seguintes autoridades: Exmo. Sr. Sérgio Cutolo, Presidente da Caixa Econômica Federal; Exmo. Sr. Pedro Sampaio Malan, Ministro da Fazenda; Exmo. Sr. Antonio Kandir, Ministro do Planejamento e Orçamento, solicitando destas autoridades a paralisação imediata dos despejos de mutuários do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, que estão ocorrendo em diversas cidades do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Diariamente estamos tomando conhecimento, através da imprensa, de diversos despejos de mutuários do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, ocorridos em diversas cidades do Estado, como Cornélio Procópio, Paranaguá, Maringá, entre tantas outras.

Na regional de Maringá, são aproximadamente 200 execuções judiciais por mês, segundo informações da própria Caixa Econômica Federal, que encaminha à Justiça Federal, requerendo sempre o despejo da família que não consegue saldar suas elevadas prestações junto a CEF.

É inadmissível um Banco que se diz "Social", transformar famílias de trabalhadores em "Sem-Teto", aumentando assim os problemas sociais do nosso Estado. Milhares de famílias tornaram-se inadimplentes devido à situação econômica do país. De um lado, o governo não eleva os salários dos trabalhadores, de outro o SFH vem sistematicamente autorizando os agentes financeiros a elevarem as prestações da casa própria.

Os mutuários do Paraná estão em estado de desespero, esperando o dia seguinte, quando o Oficial de Justiça e a CEF vão bater na sua porta, expulsá-los do seu lar. A CEF transformou o sonho da "Casa Própria" em grande pesadelo.

Com esta iniciativa, desejamos sensibilizar as autoridades do SFH, a estabelecerem uma trégua aos mutuários, e posteriormente negociarem as dívidas de acordo com a situação econômica das famílias e do país.

REQUERIMENTO Nº 637

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Martins de Oliveira, as seguintes informações:

1. Existe algum IPM estaurado para apurar as responsabilidades do SD. Leite, que no dia 09.02.97 baleou o cidadão José Carlos Poli, na Rua 1º de Maio na V. S. Pedro, que resultou no Boletim de Ocorrência nº 222/97 na Delegacia de Homicídios?

2. Se não existe, solicito qual é a razão?

3. Se existe, solicito cópia.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 647

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, informações ao Exmo. Sr. Miguel Salomão, DD, Secretário de Estado da Fazenda, sobre o total de precatórios judiciais que foram e são devidos pelo Estado do Paraná posteriores a 1988, devendo ser informado o valor total dos mesmos, procedimento e forma de pagamento, se e quando foram pagos, se ainda existe algum resíduo e se houveram novos pagamentos motivados por diferenças decorrentes de juros e correção monetária, e se ainda resta, dos citados precatórios, alguma dívida pendente.

Requer também, seja informado qual o total da dívida do Estado do Paraná com precatórios judiciais, já incluídos no orçamento ou não, no presente exercício financeiro. O presente requerimento se fundamenta no caput do art. 37 da Constituição Federal, que introduz como cláusula pétrea o princípio da transparência administrativa, tarefa indeclinável desta egrégia Casa de Leis, especialmente quando as informações requeridas dizem respeito à Fazenda Estadual e ao Tesouro Público do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) ÂNGELO VANHONI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica cancelada Norma do Banco do Estado do Paraná que veda o pagamento de contas referentes ao consumo de energia elétrica à Companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL, consumo de água à SANEPAR, tarifas telefônicas à TELEPAR, IPTU e outras, nos caixas das agências.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

A recente decisão da Direção do BANESTADO em não receber contas de água, luz e telefone nos caixas das agências do Banco em nada contribui para com o processo de democracia e de justiça social, tão seriamente perseguido por todos no Estado e no Brasil. Os maiores prejudicados por tal medida são exatamente aqueles que lutam duramente para conseguir os recursos necessários para quitar suas dívidas e cumprir suas obrigações. Tal assertiva é verdadeira pois que os trabalhadores em geral não possuem contas em Banco, não porque não queiram, mas porque não podem. Comete-se dupla injustiça contra esta vasta porção da sociedade, condenando-se às intermináveis e injustas filas dos Centros de Arrecadação, e vedando-lhes o justo direito de adentrarem no Banco cuja característica maior é aplicar-se na construção da justiça. Certamente os cerca de hum milhão de correntistas que acreditam em tal dimensão do Banco não concordam com tal atitude unilateral que foge em muito de sua real vocação no âmbito do Estado.

Assim, e dentro das prerrogativas desta Casa de Leis, não cabe outro recurso que tornar sem efeito, por temerária e contrária aos interesses da população e por ser eminentemente injusta contra os trabalhadores em geral e por privilegiar uma minoria em detrimento da maioria, através do Projeto de Resolução com a finalidade de restabelecer os princípios da democracia, da justiça e da igualdade. O presente Projeto de Resolução se fundamenta para todos os efeitos no Artigo 54 incisos XXVII e XXVIII da Constituição Estadual e nas disposições do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 143/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os órgãos e entidades da administração estadual direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais notificarão as respectivas Câmaras Municipais e a Assembléia Legislativa do Estado da liberação dos recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para os Municípios, no prazo de dois dias úteis, contados da data da liberação.

Art. 2º - A Prefeitura do Município beneficiário da liberação de recursos de que trata o art. 1º desta Lei, notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contados da

data de recebimento dos recursos.

Art. 3º - As Câmaras Municipais e a Assembléia Legislativa do Estado representarão ao Tribunal de Contas do Estado o descumprimento do estabelecido nesta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Como se tem conhecimento, a publicidade é uma das normas jurídicas dos atos governamentais.

No que se refere à liberação de recursos federais, o Senhor Presidente da República já sancionou a Lei nº 9.452, de 20 de março do corrente ano, por proposta do Congresso Nacional.

O presente projeto, tem por escopo manter a sociedade informada dos recursos conquistados pelos municípios. Tal medida, atende uma publicidade direta feita pelas Câmaras Municipais sobre recursos repassados por organismos estaduais, valorizando sobremaneira o conhecimento e a fiscalização por parte da sociedade, dos recursos a ela destinados.

Finalmente, a presente proposição traduz uma homenagem ao trabalho do Vereador, que muitas vezes luta por uma obra ou uma verba e, quando conquistada, nem sequer avisado é.

PROJETO DE LEI Nº 144/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduvas, com sede e foro na Cidade e Comarca de Catanduvas, Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva conceder ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduvas, neste Estado, o benefício da Utilidade Pública Estadual, em vista dos propósitos sociais da Entidade.

Considerando as especiais finalidades da supracitada Entidade, conclamo aos nobres Parlamentares para a aprovação da matéria propositória.

PROJETO DE LEI Nº 145/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição denominada Associação "Flávia Cristina," mantenedora do Centro de Atendimento Vivência, Integração e Potencialidade, com sede à Rua João XXIII, 335 - Jardim Santo Antonio, Londrina/PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Associação "Flávia Cristina", mantenedora do Centro de Atendimento, Vivência, Integração e Potencialidade é instituição filantrópica que procura oferecer às pessoas com deficiências múltiplas, educação e atendimento necessários aos mesmos, tentando garantir-lhes a oportunidade de sentirem-se participativos, aproximando-se da vida normal.

O atendimento do Centro de Atendimento VIP está direcionado gratuitamente à crianças e jovens (de zero a 18 anos), portadoras de deficiências múltiplas, nos setores Pedagógico, Médico, Odontológico, Fisioterápico, Fonoaudiológico, Psicológico e de Assistência Social. Estes atendimentos serão em grupo ou individuais, conforme o necessário.

A exemplo de suas congêneres, aquela Instituição vem realizando um importante trabalho junto aos alunos especiais que necessitam de atendimento, em todas as áreas possíveis onde possa haver a necessária estimulação.

Sendo Instituição Assistencial sem fins lucrativos, necessita de Declaração de Utilidade Pública, para o que necessitamos do apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 146/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição denominada Lar São Vicente de Paulo de Paranacity, com sede à Rua Santo Antonio, 676 - Centro, Paranacity/PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Lar São Vicente de Paulo de Paranacity, abriga atualmente 14 asilados idosos e está atendendo idosos de diversos Municípios vizinhos.

Proporciona atendimento completo na área de moradia, responsabilizando-se pelo atendimento médico, alimentação, vestuário, medicamentos e também lazer e integração do idoso ao meio.

A exemplo de suas congêneres, aquela Instituição vem realizando um importante trabalho junto aos velhinhos que necessitam de atendimento, em todas as áreas possíveis.

Sendo Instituição Assistencial sem fins lucrativos, necessita de Declaração de Utilidade Pública, para o que necessitamos do apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 147/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária "Padre Vicente Mariani", com sede e foro na Cidade de Sertãoópolis.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 09.04.97

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária "Padre Vicente Mariani" é uma Instituição filantrópica sem fins lucrativos que, graças as suas inúmeras ações voltadas às pessoas carentes, principalmente às crianças, vem se transformando em um exemplo para toda a comunidade sertanopolense e até para municípios vizinhos. São tantas as promoções, que a Associação acaba por se constituir também em importante promotora de eventos sociais e estímulo à cultura local.

No entanto, em que pesem a ajuda conseguido junto à comunidade, necessita ainda de recursos oriundos de órgãos governamentais e, para que possam habilitar-se junto aos mesmos, necessita da Lei de Utilidade Pública, razão do presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Horácio Rodrigues. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente Deputado Aníbal Khury, Senhores Deputados, Senhora Deputada Irondí Pugliesi.

Estou pedindo para votar quatro Requerimentos hoje na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e esses Requerimentos têm como objeto a convocação de duas autori-

dades do Governo do Estado do Paraná: o Secretário das Finanças, Sr. Miguel Salomão e o Procurador Geral do Estado do Paraná. Não sei se os Srs. Deputados tomaram conhecimento, mas hoje no Jornal da Globo o "Bom Dia Brasil" teve a oportunidade de acompanhar ontem, pela transmissão do Senado Federal o depoimento de um funcionário da Prefeitura de São Paulo. Quatro pessoas da Prefeitura de São Paulo foram demitidas pelo Prefeito Celso Pita e quatro estão indiciadas na Polícia Federal: o Sr. Wagner Ramos, conhecido de todos, que foi o grande articulador da montagem da emissão de títulos públicos na Prefeitura de São Paulo e nos outros Estados; o Sr. Nivaldo Almeida, o Sr. Pedro Neiva e a Sra. Maria Sella, todos funcionários do ex-Secretário Celso Pita, atual Prefeito, hoje, da Cidade de São Paulo.

Pois bem, ontem foi o depoimento do Sr. Nivaldo de Almeida, esse rapaz, Deputado Horácio Rodrigues, participou da montagem da emissão de títulos públicos do Estado de Pernambuco e fez a viagem paga pelo Banco Votorantim, esteve no Estado de Alagoas, fez a montagem das contas e teve a viagem e a estada pagas pelo Banco Votorantim e esteve em Santa Catarina, as dívidas totais do Estado de Santa Catarina, segundo o Tribunal de Contas do Estado, chegam a trinta e seis milhões. Para vocês terem uma idéia do que aconteceu, os precatórios emitidos totalizaram seiscentos e cinco milhões, e quem fez essa montagem para superfaturar o valor dos precatórios foi esse Sr. chamado Nivaldo de Almeida.

Pois bem, ele ontem em depoimento, Deputado Traiano, declarou que esteve no Paraná no mês de outubro e no mês de novembro, em especial na Cidade de Curitiba, e na sua primeira versão lá para os Senadores, afirmou que veio ao Paraná e à Curitiba para comprar móvel embutido, isto é, armário embutido para colocar na casa, como se São Paulo não tivesse armário embutido. Veio de avião, pegou um avião para vir fazer consulta de armário embutido na Cidade de Curitiba, e veio três vezes, e cada vez ficou em média três ou quatro dias, segundo depoimento dele quando foi perguntado pelo Senador José Serra, Espiridião Amim, Wilson Kleinubing e Roberto Requião.

Vejam só o que este homem veio fazer em Curitiba, que foi descoberto, não foi vir fazer armário embutido, este homem esteve na Procuradoria Geral do Estado do Paraná, e o Senador Roberto Requião levou um Procurador, apresentou para o Senado Federal um Procurador, aqui, do Estado, de nome Luiz Ceschin, responsável pela Secretaria de Dívida Pública da Procuradoria.

Segundo o depoimento deste Procurador, o Procurador Geral do Estado, chamou-o na sua sala, e apresentou o Sr. Nivaldo de Almeida, e disse ao Procurador Ceschin, que em nome do governo era para que o Sr. Luiz Ceschin, como Procurador fornecesse todas as informações ao Sr. Nivaldo de Almeida, a respeito dos precatórios pagos e não pagos no Estado do Paraná.

O Sr. Luiz Ceschin fez uma observação ao Sr. Nivaldo de Almeida, de que ele não tinha documentação. Era preciso requerer do Tribunal de Justiça.

Este Sr. pegou o telefone celular, e telefonou para o empresário conhecido de todos nós, aqui no Paraná, dono da Empresa INEPAR, o Sr. Mário Celso Petrágia, e afirmou ao Procurador Geral, que ele conseguiria passar no Banco Central a montagem dos títulos públicos no Banco Central.

Bom, feita esta conversa, o Procurador não tinha os papéis ficou intrigado, mas aconteceram mais duas visitas. E, na segunda visita, que o Sr. Nivaldo de Almeida compareceu à Procuradoria Geral para conversar com o Procurador, veio munido de muita documentação a respeito das dívidas judiciais do Estado do Paraná e dos precatórios que já tinham sido pagos e não pagos.

Pois bem, lá no Senado foi perguntado a ele onde tinha conseguido esta documentação. Porque não temos acesso a essa documentação, nós, aqui, na Assembléia.

Foi um homem lá de São Paulo que veio três vezes para Curitiba, reuniu-se com um funcionário da Secretaria da Fazenda, e obteve acesso a essas informações.

Acho, Srs. Deputados, que esta revelação de ontem, das declarações do Sr. Nivaldo de Almeida, homem que está sendo processado, que esteve no Estado de Alagoas, no

Estado de Pernambuco, no Estado de Santa Catarina, e que esteve presente na Procuradoria Geral do Estado do Paraná, reunido com o Procurador Geral, e esteve ainda, como declarou, lá, no Senado Federal, nas dependências da Secretaria da Fazenda, recebendo documentação específica do Tribunal de Justiça, e da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, que nem os Deputados obtêm esta informação, quando são requeridas, quanto mais um cidadão comum.

Acho que demonstram a necessidade daquilo que temos insistido, nesta tribuna, de que é necessário que a Assembléia Legislativa invistigue a participação do Banco do Estado do Paraná na compra dos títulos públicos.

O Sr. Walmor Trentini - Permite-me um aparte? (Assentimento)

Deputado Vanhoni, por tudo que V. Exa. está colocando, estamos entendendo que V. Exa. está tentando colocar o Paraná outra vez na discussão dos precatórios.

Não vou até discutir se Nivaldo esteve com o Procurador ou com funcionários ou com subalternos. Mas é uma prova de que o Estado do Paraná, mesmo tendo recebido estas pessoas, que fizeram esta cadeia intermediária não se interessou em fazer este negócio, porque está provado por A mais B que o Paraná não emitiu nenhum título público para pagamento precatório.

Esta sondagem pode até ter sido feita, mas não vejo porquê chamar aqui o Secretário da Fazenda, o Procurador, porque se nada foi realizado! Nada foi emitido!

Acho que V. Exa. está fazendo uma força bastante grande, até admirável de tentar dar continuidade a essa CPI que, para nós, já se encerrou, com os esclarecimentos convincentes feitos pela direção do BANESTADO à CPI.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Agradeço o seu aparte, nobre Deputado Trentini, mas me permita discordar um pouco da sua avaliação.

O Sr. Nivaldo Almeida não veio aqui e conversou com um funcionário qualquer do Estado do Paraná, o Sr. Nivaldo de Almeida, uma pessoa desconhecida, nunca tinha vindo à Curitiba, veio aqui, não sabemos a mando de quem, não sabemos se foi a pedido de alguém e reuniu-se com o Procurador Geral do Estado e um outro Procurador recebe a determinação de passar documentos a respeito de títulos precatórios. Não vamos entender que isso tenha sido, no mínimo, no mínimo um ato que pode levar, em função de tudo que está sendo desvendado no Brasil, de uma irregularidade por parte do Procurador Geral do Estado!

Este homem visitou a Secretaria de Finanças de Curitiba e obteve documentação fornecida pelo coordenador geral da área e não vamos entender que não aconteceu nada, que fosse uma pretensão minha ou de qualquer outro cidadão, querer incriminar o Estado do Paraná.

Há um depoimento do Sr. Procurador, há o depoimento do Sr. Nivaldo de Almeida, que esteve presente, que se reuniu com o Procurador Geral, confessou isso! E vamos entender que nada aconteceu? É correto que o Estado do Paraná não emitiu títulos, quanto a isso ninguém questiona. Mas vamos perceber que essa quadrilha que estava sediada com uma tecnologia de farsa e de fraudar os títulos públicos, no seu lançamento, lá na Prefeitura de São Paulo, estava tentando, não sabemos se com autorização, a pedido ou a mando de quem, se imiscuir no Estado do Paraná. Isso corrobora as nossas suspeitas de que o Banco do Estado do Paraná está comprometido na compra final desses títulos, porque até agora as explicações não foram convincentes, em que pese o Sr., que é Líder do PDT, faça um esforço enorme para que as coisas não sejam mais discutidas.

Mas não é um depoimento de uma pessoa qualquer, um Procurador do Estado do Paraná foi ao Senado Federal e confirmou que o Sr. Nivaldo de Almeida esteve com ele três vezes para pedir títulos!

O Senador Epitácio Cafeteira, do Maranhão, ontem no Senado, defendeu que a CPI investigue a viagem deste Sr. ao Maranhão. Sabe por que? Porque o crime não foi feito, o Paraná não cometeu crime, na emissão de títulos, mas pode ter cometido a irregularidade na compra dos títulos. A suspeita de homicídio persiste, a suspeita de tentativa de homicídio persiste, porque este homem foi recebido pelo Procurador Geral do Estado, uma das mais altas autoridades

des do Governo do Estado do Paraná! Isso em depoimento perante todos os Senadores da República, perante a imprensa do Brasil inteiro, ele foi recebido pelo Procurador Geral do Estado do Paraná. Depoimento confirmado pelo Sr. Nivaldo de Almeida e confirmado pelo Procurador.

Então precisamos saber, acho que a Bancada que dá sustentação ao governo precisa nos auxiliar nesta investigação, com que autorização o Procurador Geral recebeu o Sr. Nivaldo de Almeida.

Quem pediu para que o Procurador Geral, porque se eu pegar um cidadão, vamos pegar aqui da Assembléia Legislativa um funcionário do BAMERINDUS que tem domicílio residencial aqui, no posto do BAMERINDUS, e for marcar uma audiência com o Procurador Geral do Estado, não vai conseguir.

Por isso, eu estou colocando 2 Requerimentos: a presença do Secretário das Finanças, para esclarecer quem é que forneceu essa documentação para este Senhor, que veio três vezes para Curitiba. E para o Procurador Geral do Estado, para que venha a Assembléia Legislativa, explicar quais foram os motivos, e quem lhe pediu para fazer uma reunião e para passar documentos para o Senhor Nivaldo de Almeida.

O SR. WALMOR TRENTINI (Aparte) - Deputado Vanhoni, veja bem.

A CPI, que está muito mais envolvida, que está vivendo dia-a-dia, que está investigando esses casos dos precatórios que o Paraná está fora, ela não se interessou por esse depoimento. Não tem motivo para se convocar essas pessoas, porque a própria CPI que é a maior interessada na investigação e na licitação desses fatos, não considerou válido esse processo.

O SR. ANGELO VANHONI - V. Exa. também considera assim, desnecessário?

O SR. WALMOR TRENTINI (Aparte) - Eu estou convencido da lisura, do processo da compra dos títulos públicos do Banestado.

O SR. ANGELO VANHONI - Muito Obrigado pelo seu depoimento!

Senhor Presidente, são esses dois Requerimentos, para o Secretário das Finanças e o Procurador Geral, porque o Secretário das Finanças tem que explicar por que que um funcionário seu forneceu essa documentação. E explicar por que que o Banco do Estado comprou títulos do Estado de Alagoas, 60 dias após a instalação da CPI. Contrariamente a opinião do Deputado Valdir Rossoni, que disse que não tinha que comprar mesmo, mas comprou 60 dias depois. E o Procurador Geral do Estado, para explicar porque recebeu o Sr. Nivaldo de Almeida, e pediu ao Procurador para que passasse as informações a ele.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontra-se na Assembléia o Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Há Requerimento do Deputado Renato Adur, aprovada pela Casa. Nós vamos ouvir o Reitor durante 20 minutos.

Eu peço ao Deputado Renato Adur, que introduza S. Exa. ao Plenário e encaminhe à tribuna.

Vamos conceder a palavra ao Sr. Reitor da Universidade Federal do Paraná, Prof. Faria.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós queremos agradecer a presença do magnífico Reitor Dr. José Henrique de Faria, que prontificou-se a vir a esta Casa de Leis a falar e fazer alguns esclarecimentos a respeito dos fatos que estão ocorrendo com o Hospital das Clínicas do Estado do Paraná.

Queremos deixar claro, que foi um convite formulado por esta Casa, pelo Deputado Rosinha, Deputado Chab e por este Deputado, atendido prontamente pelo magnífico Reitor, procurou vir o quanto antes possível e aqui nós queremos agradecer a deferência do nosso Presidente Anibal Khury,

cedendo espaço para que a Universidade Federal do Paraná e o Hospital das Clínicas na pessoa de Reitor, possam expressar-se livremente aos senhores Parlamentares.

Com a palavra o Reitor.

O SR JOSÉ HENRIQUE DE FARIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu gostaria em primeiro lugar de agradecer a oportunidade de estar aqui, conversando sobre a situação do Hospital das Clínicas.

Situação esta que naturalmente interessa a toda população paranaense.

Eu gostaria se me permitisse, de dividir a minha exposição num primeiro momento colocando a situação de crise, o que gerou essa crise, depois eu gostaria de colocar algumas questões a respeito da relação com o próprio Legislativo Paranaense e o que nós esperamos do Legislativo.

No ano de 1994, no mês de maio, nós instalamos dentro do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná uma auditoria, que pudesse nos apresentar a situação do Hospital tal como se encontrava.

Nós recebemos notícias de que uma série de procedimentos adotados no Hospital não correspondiam a melhor forma ou a forma mais adequada de condução da atividade administrativa.

Em julho de 94, foi produzido relatório de auditoria nº 001/94 e a partir desse relatório baixei uma ordem de serviço contendo 34 encaminhamentos, encaminhamentos esses que passaram pelo cumprimento de uma série de determinações que lamentavelmente não foram cumpridas pela direção do Hospital.

Quando nos foi apresentado recentemente no dia 31 que seria apresentado ao Conselho Universitário aquilo que foi chamado de Plano Emergencial que viria a promover uma reestruturação do Hospital. Ao apreciar o plano nós chegamos à conclusão de que a parte mais substantiva do Plano, ou seja, aquela que se referia a mudanças estruturais já estavam contidas numa ordem de serviço de dois anos e meio atrás. O que tem sido colocado é que houve um impedimento de que esse plano fosse apreciado e que isto está coligando medidas que deveriam ser tomadas pela administração do Hospital. Isto não é verdade! Todas as medidas que deveriam ser tomadas não foram tomadas no decurso do prazo.

Em 95, quando se anunciou a primeira crise no Hospital de Clínicas, o Conselho de Administração da Universidade Federal do Paraná, formou uma Comissão que produziu um documento e encaminhou a Direção um conjunto de medidas a serem adotadas, nas quais, também não foram cumpridas, agravando o processo de crise.

E preciso portanto, caracterizar a questão, da seguinte forma: 1º - Quais as razões da crise do Hospital Universitário Público? Ela decorre de alguns fatores: - O primeiro fator que é de conhecimento de todos, é que os recursos destinados a Saúde Pública nesse País, efetivamente, são menores do que aqueles necessários para o Serviço de Saúde Pública de qualidade. Temos o problema da defasagem da tabela do SUS; temos o problema do atraso do pagamento das AIHs, o nosso caso por exemplo; praticamente, estamos com um atraso de quase 1 ano das AIHs. Em termos do ponto de vista do Ministério da Educação, ou o tratamento não isonômico com os demais Hospitais. É dito, na imprensa tem se dito, que somos o único Hospital do Brasil que não tem o 100% da folha paga pelo MEC. Na verdade, gostaria de esclarecer a esse Plenário, que apenas um único Hospital Universitário deste País recebe 100% da folha, nenhum outro mais. Portanto, a idéia que nós somos uma exceção não é verdade. O que nós estamos pleiteando, é que haja um tratamento isonômico para hospitais de alta complexidade como é o caso do nosso Hospital, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e do Hospital da Escola Paulista de Medicina, são Hospitais de alta complexidade. Temos casos de hospitais, que têm 30% ou 40% da Folha de Pagamento, paga pelo MEC e 70% fora do Ministério. O que é preciso ter é um tratamento isonômico com relação as características dos hospitais. Uma terceira ordem de fatores é de natureza interna. Temos hoje clareza de que muitas ações administrativas internas, que deveriam ter sido tomadas não foram. Por exemplo: fala-se muito nas questões dos Convênios, que

seriam uma forma de resolver o problema de ingresso financeira e tenho lido, na imprensa, que o Reitor e o Conselho Universitário seriam contra a assinatura de convênio. Pois eu quero informar a esta Plenária, que a cerca de 10 meses solicitei a Direção do Hospital, que me apresentasse um plano para examinar a questão do Convênio, e conciliar os Convênios com a função do Hospital Escola, a até hoje, esse plano não foi apresentado. Então o que o Conselho Universitário é contra, não é verdade, o Conselho Universitário sequer apreciou algo que nem foi lhe trazido. E não há uma posição contrária do Reitor e nem do Conselho, nós queremos examinar que proposta é essa. Se é uma proposta que vem em prejuízo do Hospital Escola, ou não. Se é uma proposta que permite a continuação do atendimento por um Hospital Público da população, ou não.

Então não há nenhuma negativa, apenas não foi apresentado qualquer proposta. O que nós temos clareza, é que o Hospital de Clínicas que hoje, praticamente, tem 99% da sua receita decorrente do SUS, não tem estrutura para administrar qualquer convênio privado, e é preciso que ele tenha essa estrutura se quiser administrar qualquer convênio. Daí a dificuldade de se apresentar qualquer plano. Mas não há recusa a este respeito.

Segundo ponto as questões das demissões, nós trabalhamos hoje com excesso de pessoal dentro do Hospital, pois há dois anos e meio na Ordem de Serviço que acabei de me referir, um dos itens era o enxugamento do Quadro e uma avaliação precisa e do redimensionamento do Quadro do Hospital. Ora, por que esta questão só apareceu à tona no dia 31 de março, para que ela fosse tomada como decisão no próprio dia 31 de março, já que no dia 01/04 ingressávamos no período de dissídio e não haveria demissão. Dois anos e meio, para tomar uma decisão. Entretanto, isso aparece na imprensa como sendo impedimento da Reitoria, que não permitiu a discussão do Plano, também não é verdade.

A terceira ordem de fatores ainda interna é que nós temos hoje no Hospital, com certeza, o melhor sistema de informática de todos os hospitais públicos no País. Tanto que este sistema está sendo requerido pelos hospitais públicos. O que ocorre, é que é um problema interno operacional da alimentação do sistema. Para os senhores terem uma idéia, nós estamos reabrindo o Hospital de Clínicas, na segunda-feira, sem receber nenhum centavo adicional do que estaríamos recebendo. O que nos leva a supor que não precisaríamos ter fechado. O fechamento do hospital, a diminuição da atividade reduziu à metade a receita do Hospital e isso provoca um efeito em cadeia, danoso para o Hospital. Vamos ficar sofrendo com esse resultado cerca de 3 meses. E por que se tomou esta decisão? Nós pedimos um inventário de matéria em estoque e descobrimos que temos material em quantidade para o Hospital continuar funcionando adequadamente. Entretanto, o sistema de informática não era alimentado e aparecia no sistema estoque zero, quando, na realidade, existia estoque. Então temos um problema administrativo interno que precisamos corrigir. Temos problemas de estrutura interna, problemas administrativos que precisam ser corrigidos.

Estes e outros motivos nos levaram a tomar, finalmente, a decisão de substituição da Direção do Hospital no que se refere ao seu Diretor Geral. Por quê? Primeiro: porque é prerrogativa do Reitor. A Lei, e vou lê-la, 8112, diz: "A nomeação se fará em comissão para cargos de confiança de livre exoneração." O cargo de Diretor do Hospital de Clínicas é de confiança do Reitor e a ele cabe, apenas ele exonerá-lo. Não cabe à decisão de Conselho e a nenhum outro órgão colegiado. A nomeação para o cargo de Diretor previsto no art. 17 do Regimento do Hospital é muito claro: "A nomeação se fará pelo Reitor, ouvida a comunidade." Não fala em eleição e nem é cargo comandado. Pois eu, para fazer a substituição, ouvi a comunidade universitária consultando médicos e professores do Hospital. E fiz a substituição na certeza de que estou tomando uma atitude de responsabilidade institucional que só cabe ao dirigente.

É muito fácil argumentar que foi uma atitude de intervenção, pois é de responsabilidade do dirigente zelar pelo patrimônio público, pelo bom uso do serviço público e pelas

ações que devem prevalecer para que o prejudicado final, que é a população, não venha ocorrer. Portanto foi com absoluta clareza, com equilíbrio, bom senso e muita reflexão que tomei a atitude que tomei. E tomaria novamente a qualquer momento que houvesse qualquer risco para a universidade ou se ao Hospital que representasse dano para sua comunidade interna ou externa. Portanto esta questão é mesmo da atribuição do Reitor, e penso que é da sua atribuição mesmo tomá-la. Seja deste Reitor ou seja qual for o Reitor que tenha esta responsabilidade. Porque, finalmente, Srs. Deputados, quem responde perante o Tribunal de Contas da União, quem é o responsável final pelas ações da Universidade é o Reitor. Regimentalmente é o reitor que tem esta atribuição. Sou eu que respondo, no momento pelo cargo, pela administração financeira, por qualquer tipo de atitude ou ações que venham a ser tomadas e portanto, se a responsabilidade é da autoridade, cabe a ela tomar decisões que garantam que a sua confiança está representada nos órgãos que ele delegue.

Gostaria também de dizer que amanhã, às 11 horas, estaremos assinando no Palácio Iguacu um convênio com o Governador do Estado e o Prefeito Municipal de Curitiba, convênio que propõe uma ação tripartite entre o município, o Estado e a Universidade no trato com o Hospital. Por que esse convênio? Esse convênio decorre, em primeiro lugar, do fato de que nós como hospital-escola, atendemos hoje, cerca de 360 mil a 400 mil pessoas/ano. Ou seja, de 800 a quase 1 milhão de atendimentos ano. Nós precisaríamos atender para sermos um hospital-escola, com certeza, apenas 40 ou 50 mil pessoas-ano. Se viéssemos a fazer apenas a função de hospital-escola, iríamos descarregar no município e no Estado 300 mil pessoas sem atendimento.

Se isto é assim e é verdade porque outros hospitais formam desta maneira e sabem disso. E sabem, também, que nós fazemos um papel de assistência muito importante e que somos o único hospital público de Curitiba e somos o único hospital federal do Estado. Então é importante que esta ação de assistência seja compartilhada com os poderes públicos locais e estaduais. Vinte cinco por cento do atendimento à população de Curitiba é feito pelo HC. E praticamente quase todos os procedimentos de alta complexidade são feitos no HC. É preciso, portanto, que haja o apoio decisivo do Estado, que haja o apoio decisivo da Prefeitura.

Também acabamos de negociar com o Ministério da Educação uma proposta que venha inserir os Hospitais Universitários do Brasil inteiro num modelo de participação de recursos. O que hoje não acontece. O HC não recebe recursos do Governo Federal apenas para a folha. E gostaria de dizer que nós conseguimos para o HC nos últimos 2 anos, dez milhões e meio do Ministério da Educação. Conseguimos passar de 800 vagas pagas pelo Ministério de Educação para duas mil vagas pagas pelo Ministério da Educação, e colocamos os recursos próprios da universidade, retirados de projetos, de obras, de equipamento, de pesquisa, cerca de 12 milhões e 400 mil reais. Somando isso, são praticamente 23 milhões mais 1 milhão e 700/mês de folha. Pois há 2 anos o Hospital possuía uma dívida de 6 milhões e hoje possui uma dívida de 40 milhões. Se com uma injeção de 23 milhões, se com a responsabilidade da Universidade de pagar 1 milhão e 700 mil na folha mensal, qual a explicação que nos leva o fato do Hospital ter passado de 6 para 40 milhões de dívida?

Então é evidente que existem problemas que precisam ser resolvidos internamente. E é nesse sentido, que estamos trabalhando com a parceria e é nesse sentido que nós contratamos uma assessoria da Fundação Getúlio Vargas, para fazer uma análise interna dos procedimentos administrativos e é neste sentido, que estamos tomando todas as providências que temos de tomar.

O que espero, desta Casa? Espero desta Casa apoio, porque se trata de um Hospital público. Espero que questões que aparentemente estão sendo tratadas na imprensa como sendo de ordem interna, permaneçam de ordem interna. Espero que as pessoas internamente à Universidade possam se comportar com a ética necessária para que finalmente o direito à saúde do cidadão não seja comprometido. Todas as atitudes que tomei como Reitor, que toma-

mos como Reitoria, que temos tomado como Conselho Universitário visa, em primeiro lugar, cumprir a função social da nossa universidade e do Hospital. E nesse sentido tomarei tantas atitudes quantas forem necessárias para garantir os direitos mais elementares do cidadão. Obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, peço a palavra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nobre amigo Dr. Faria que além de professor, temos algo em comum porque torcemos para o mesmo time de futebol, Clube Atlético Paranaense. Vou me permitir, Sr. Reitor, a discordar da sua exposição aqui, hoje, na Assembléia Legislativa. Acho que a explicação que o senhor traz a esta Casa, infelizmente os Deputados não conhecem os problemas específicos do HC nos seus pormenores. Mas têm informações que o Senhor traz que são absolutamente questionáveis. É com muito desprazer e infelicidade que tenho que afirmar. E afirmo isso com a maior isenção. Porque o ex-Diretor, Dr. Cardiologista, Mário Sérgio eleito em 94, com 80% dos votos da comunidade acadêmica, como V.Exa. O Dr. Mário Sérgio inclusive nas eleições municipais recebeu e declarou apoio a um candidato do PMDB, o Deputado Federal Max Rosemann.

Não sei das afinidades políticas do Dr. Mário Sérgio e nem quero questioná-las, só relato este fato como uma postura de isenção para analisar o que está ocorrendo no HC. O Senhor afirma que um plano feito pela Reitoria não foi implementado. Não é verdade. Desculpe-me, mas tenho que questionar porque não é verdade.

Tenho documentação do Plano de 95, de 96 e de 97, e das medidas tomadas pelo Hospital das Clínicas, em todas as áreas decorridas do Plano Macro, que foi feito antes de 95, todos os dados, inclusive as conquistas tecnológicas feitas neste período, para as diversas áreas. Cito uma, por exemplo: o senhor sabe que quando uma pessoa está internada, e o Deputado Horácio Rodrigues esteve há pouco tempo, o médico precisa fazer um exame de bacteriologia, para poder ministrar um antibiótico, ou qualquer outro medicamento. Tradicionalmente este exame nos laboratórios demoram 2 dias, isso prejudica o atendimento médico. Foi adquirido um aparelho, ultramoderno, no valor de 200 mil dólares, para que o exame seja feito no próprio Hospital das Clínicas e num prazo de 5 horas. O médico tem o resultado do exame bacteriológico para poder socorrer os pacientes que assim o necessitam.

Há várias informações desses procedimentos, da melhoria conjuntural do Hospital das Clínicas.

V.Exa. fala da dívida de 40 milhões e não destrinchou essa dívida de 40 milhões.

Então os Deputados aqui presentes podem entender Reitor, e aí nós não devemos proceder assim com as idéias, e nós que somos amantes do cartesianismo, entendemos que as idéias devem ser muito bem colocadas. Quarenta milhões, Srs. Deputados, dezenove milhões de dívidas de INSS anteriores a gestão do ex-Diretor. A única dívida que foi no período de 94, somam 8 milhões, e que a direção do Hospital das Clínicas, acho que corretamente, entre ter que comprar mertiolate, injeção, e ter que comprar remédio, insumo para fazer o atendimento à população carente do nosso país, preferiu não recolher para o INSS porque investiu dinheiro na compra desses insumos.

Mais ainda, desses 40 milhões, Reitor Faria, cerca de doze milhões, é uma dívida que o Hospital das Clínicas tem para com a Reitoria, sendo o total de sete e meio, quatro e meio é o que a Reitoria está cobrando de juros e de correção desta dívida aportada desses recursos no Hospital das Clínicas.

A dívida com fornecedores é o valor que nós sabemos aqui na Assembléia e já estamos há muito tempo trabalhando para tentar sanar que está na ordem de 6 milhões. Porque o SUS não paga o Hospital das Clínicas desde maio do ano passado. Começou a pagar agora, parceladamente.

Agora, Reitor Faria, uma coisa para nós é importante e eu acho que para o senhor também.

Na história da Universidade Federal do Paraná, e eu não sei de outras Universidades. Foi a primeira vez que um ato discricionário, de cassação de mandato, de um diretor

eleito pela comunidade aconteceu numa instituição que deve preservar, mais do que qualquer outra instituição: a Democracia. Porque sem o debate fraterno das idéias, a possibilidade de estabelecer o contraditório. Não há produção do saber. Não há produção da pesquisa, não há produção das idéias. Não há uma única falta grave, Reitor Faria. Não há único processo, não há um único instrumento de defesa, dado ao ex-Diretor Mário Sérgio, para que justificasse esse ato discricionário feito pela Reitoria da cassação do seu mandato.

Desculpe as palavras duras. Mas quando eu assisti na imprensa a cassação intempestiva, de forma autoritária, sem direito à defesa, sem processo do ex-Diretor do Hospital das Clínicas e que esta Assembléia conhece muito bem, porque desde 95, quando aqui veio o Sr. Mário Sérgio e aqui nesta Assembléia foi tirada uma Comissão de Deputados, para juntamente com a Bancada Federal gestionar o Ministério da Educação para que assumisse a folha de pagamento, para que melhorasse o atendimento do Hospital das Clínicas de nossa cidade. Nós só temos uma testemunha a dar. Esperamos de V.Exa. que comprove alguma irregularidade grave, para destituição sem defesa do Diretor do Hospital das Clínicas, porque de resto a imagem que este médico, que este ex-Diretor do Hospital das Clínicas tem nesta Assembléia e tem na comunidade é uma das melhores imagens que nenhum outro Diretor do Hospital das Clínicas teve até hoje.

Por isso, Reitor, permita-me, mas V.Exa. não trouxe as informações corretas, não explicou as questões colocadas e justificou de forma frágil, sem nenhum argumento maior um ato discricionário tomado por V.Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só queria, na verdade, dizer o seguinte, se o senhor, me permitir.

"O Reitor muito gentilmente atendeu ao convite deste Plenário, vem a esta tribuna, presta contas da situação do Hospital das Clínicas, faz, na verdade, um relato das dificuldades que tem enfrentado, e não veio ele aqui, certamente para ouvir desaforos e questionamentos desta ordem, como fez o Deputado Ângelo Vanhoni." Não pode o Deputado Ângelo Vanhoni pretender passar um "pito" no Reitor da Universidade Federal do Paraná que é um Professor preparado, capacitado que tomou atos administrativos que são condizentes com o cargo que ele exerce, da maior responsabilidade. E não podemos assistir aqui o Deputado Ângelo Vanhoni proferir publicamente um desaforo.

Queria que V.Exa. não considerasse as palavras das bonadoras feitas pelo Deputado Ângelo Vanhoni, porque o sentimento que nos une aqui é de resolver os graves problemas do Hospital das Clínicas e de apoiar as medidas certas que o Reitor da Universidade vem tomando para poder funcionar aquele complexo hospitalar, que é o maior e melhor que nós temos no nosso Estado.

Então, queria que Vossa Excelência restabelecesse o eixo ético que deve conduzir e nortear as discussões aqui nesta Casa.

O Sr. Augustinho Zucchi - Senhor Reitor, apenas nessa linha, gostaria de colocar.

Deputado Ângelo Vanhoni, eu o respeito, como toda esta Casa tem respeito por Vossa Excelência.

Vossa Excelência sempre fala com um grande conhecimento das questões que aborda, mas permita-me, com todo o respeito, absolutamente com todo o respeito, mesmo não conhecendo os problemas administrativos do Hospital de Clínicas, a situação interna, mas permita-me discordar de Vossa Excelência justamente na linha em que o Deputado Luiz Claudio Romanelli colocou.

Em verdade o Senhor Reitor está aqui, legitimamente colocado como Reitor da Universidade Federal do Paraná, onde tive o orgulho de estudar, eleito pela Comunidade Acadêmica como também foi o Diretor, mas apenas por uma vontade democrática do Reitor de assim conceder a eleição do Diretor das Clínicas, e acho que a posição do magnífico Reitor em dizer que algumas medidas tomadas, através de atos administrativos não foram cumpridas pelo corpo administrativo do Hospital de Clínicas, cujo valor nin-

guém desconhece, pelo contrário só nos traz preocupações as notícias de que o hospital pudesse estar em situação difícil.

Acho que Vossa Excelência tem razão quando toma algumas medidas para que seja preservada democraticamente, inclusive, a administração pública deste hospital, isso não acontece e Vossa Excelência tem responsabilidade, e quando lhe for cobrada a responsabilidade, terá que responder com os seus atos e não com as suas palavras.

Portanto, mesmo não sabendo dos meandros internos que envolvem a questão do Hospital de Clínicas, gostaria de dizer que Vossa Excelência como responsável que é, maior pela administração do Hospital de Clínicas, tem sim que tomar atitude, e democraticamente Deputado Ângelo Vanhoni, isto é importante que se ouça o Diretor, o seu corpo técnico e a Comunidade Universitária. Mas, muito mais democrático do que isso é permitir, através de atitudes sérias e administrativamente corajosas, que o Hospital de Clínicas tenha a condição de democraticamente atender a população, razão pela qual, acho que assiste razão à V. Exa. ter tomado algumas atitudes.

Gostaria de colocar esta minha opinião sem conhecer internamente os fatos que levaram ao afastamento do Corpo Diretivo do Hospital de Clínicas mas, Vossa Excelência como responsável que é por este hospital, vamos cobrá-lo do Senhor a responsabilidade do gerenciamento deste hospital.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Infelizmente o tempo de Vossa Excelência está esgotado e está se tornando uma polêmica que no momento não interessa porque estamos aqui com projetos de alta relevância a ser votados. Peço desculpa à Vossa Excelência.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Acho que foram feitas algumas interrogações ao Reitor da nossa Universidade Federal e gostaria de requerer junto a Vossa Excelência pelo menos cinco minutos para o Reitor poder explicar as questões levantadas pelo Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O Senhor Reitor tem 10 minutos improrrogáveis.

O SR. DR. ROSINHA - Espero que ele não seja interrompido pelos Senhores para que ele possa dar as explicações.

O SR. TAKAYAMA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só gostaríamos de dizer aqui também não concordamos com o depoimento do Senhor Ângelo Vanhoni e que a grande parte dos Deputados aqui solidários ao Magnífico Reitor José Henrique que vem aqui trazer explicações e compreendendo as dificuldades que o Hospital de Clínicas vive nós estamos aqui ao lado dele para dizer que agradecemos a sua presença e que grande parte dos Deputados estão de pleno apoio a Vossa Senhoria.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o Reitor sem apartes.

O SR. REITOR (José Henrique) - Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lamentavelmente ouvi algumas colocações que respeito como sempre respeito as divergências, entretanto, seria fundamental que as pudesse esclarecer. Em primeiro lugar, o cargo de Diretor Geral do Hospital é um cargo de confiança do Reitor, o Reitor pode ouvir a Comunidade Universitária das mais diversas formas mas é um cargo de confiança, não é mandato e portanto não foi cassado, e entendo que não há democracia que resista à irresponsabilidade pública, portanto, tomei e tomarei qualquer ato que vise preservar a instituição, a questão não é, não foi e jamais será de ordem pessoal, é, foi e será de ordem institucional e como Reitor responsável por uma instituição como é a Universidade Federal do Paraná cabe a ele tomar a atitude que tomou, portanto espero, estou convencido de que tomei a atitude correta para preservar a Universidade, para preservar o Hospital e o atendimento à população, e assim a tomei

e foi com este espírito que a tomei. Admito que possa haver divergência com relação a isto mas a tomei com este sentido e jamais como uma questão pessoal.

Segundo, quando listei aqui uma Ordem de Serviço que não foi cumprida não me referia, como foi dito pelo nobre Deputado Ângelo Vanhoni, a um Plano de Ação que algumas providências internas foram tomadas, não questionei isso, com certeza ao longo de dois anos e meio muitas boas providências foram tomadas pela Administração do Hospital, muitas boas providências foram tomadas, mas houve flagrantemente um descumprimento reconhecido Conselho Universitário de ordens expressas do Reitor, ordens estas que determinavam uma série de procedimentos internos, que agora aparecem no Plano Emergencial e que poderiam ter sido tomadas com antecedência, portanto reafirmo isso, agora, se é preciso escandalizar o problema com certeza não se contará com o meu apoio, não escandalizarei nem a Universidade nem qualquer problema e vou me permitir trabalho dentro uma postura ética, porque não quero aqui expor questões internas e tão pouco fazer do ex-Diretor do Hospital execrá-lo publicamente, porque o respeito como profissional que é. Tenho discordância com relação à administração e como responsável pela Universidade entendendo que a sua postura como administrador esgotou todas as possibilidades de colocar o hospital na forma mais adequada assim tomei a atitude.

Com relação à dívida da Previdência lamento informar ao nobre Deputado Ângelo Vanhoni que o Diretor do Hospital Mário Sérgio recebeu o hospital com seis milhões de dívida da Previdência renegociadas e não dezenove da gestão anterior, isto não é correto, tenho todos os números aqui para mostrar. Que foi feita uma opção de comprar equipamentos, etc, foi feita, é verdade, também não posso questionar isso mas é preciso e tenho claro hoje com a nova Direção e estamos encontrando processos, problemas internos gravíssimos que espero não ter que trazer a esta Casa, porque nem penso que seja matéria para se expor. Vou dar apenas um exemplo e não vou entrar em outros - me desculpem: ontem numa cirurgia cadáver o médico cirurgião solicitou uma prótese e foi-lhe entregue uma prótese que custa 3 mil dólares quando todos os hospitais aqui de Curitiba e outros usam uma prótese de 300 dólares e nós temos uma quantidade de 200 mil neste tipo de prótese, que provavelmente vai se perder porque vai vencer o prazo de utilização dessa prótese e que não precisaria ter sido comprada com este valor. Isto são procedimentos internos. Não vou trazer o problema, porque não estou responsabilizando ninguém. Apenas estou dizendo que medidas internas precisam ser tomadas e devem ser tomadas.

Finalmente, a composição da dívida do hospital é exatamente esta: dezenove milhões da Previdência, sendo seiscentos mil do empregado, o que caracteriza uma apropriação indébita. Toda esta dívida pode ser renegociada, não vejo problema aí. Doze vírgula quatro são dívidas da Universidade e disse isto ao contrário do que foi afirmado. Eram sete milhões, por que foi corrigido? Porque este recurso foi retirado dos pesquisadores, foi retirado de obras, retirado do laboratório, de compra de equipamentos, de importação de laboratórios e equipamentos. E é claro que a comunidade universitária espera que o valor do recurso seja preservado. Este acerto é interno e jamais estou cobrando esta dívida. Apenas mencionei que colocamos dez milhões do Ministério de Educação mais doze, o que significa que sempre houve uma boa vontade da Reitoria no sentido de ajudar o hospital. Nunca houve má vontade, nunca houve omissão. O que houve e que motivou não são questões de irregularidade, de ilegalidade e não é necessário que isto aconteça. O Governador do Estado, por exemplo, pode substituir o Diretor-Presidente da COPEL se entender que ele não está cumprindo com o seu programa. Isto é ilícito.

Finalmente gostaria de dizer aos Senhores que renovo os meus agradecimentos a este convite para vir a esta Casa expor a situação. Tenho um dossiê completo da situação da crise, todos os documentos. Não dei e nem darei nenhuma entrevista que exponha qualquer pessoa publicamente e vou continuar mantendo este compromisso e mesmo que provocado me mantereí na condição ética de não expor qualquer pessoa de dentro da Universidade. Não me interessa a polêmica individual, não interessa à Reitoria estabelecer di-

vergência no plano pessoal. O único interesse que a Reitoria tem e por ela respondo é preservar o equilíbrio e a estabilidade da instituição e finalmente cumprir com a sua função social maior que é a de educação com qualidade e assistência de extensão de pesquisa. É toda a vez que tivermos que tomar atitude que preserve esta função social, em nome da democracia, da cidadania, do respeito à sociedade que nos mantém, por ela delegado como responsável, eu a tomarei.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradecemos a presença do Reitor da Universidade do Paraná, José Henrique Faria, que gentilmente compareceu a convite do Deputado Renato Adur e dos demais Deputados. Obrigado, Reitor.

Consulto o Deputado Rosinha se deseja fazer uso da palavra no Pequeno Expediente. (Declina)

Com a palavra o Senhor Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero nesta tarde aqui que já começou uma tarde polêmica trazer aqui a esta tribuna um fato que acho da maior gravidade, porque estamos lendo nos jornais do País inteiro e não sou eu aqui um moralista, mas hoje os jornais estampam em manchete que na Câmara Federal um grupo

de Deputados resiste aprovar a propalada reforma administrativa porque não querem perder os seus privilégios. E pasmem Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Líder do meu Partido, o PMDB, e do PSDB, o Aécio Neves, dizem para todos que haverá um aumento de 35% no valor do salário do Congresso Nacional. Ora, não é possível que nós todos, me recuso até sociologicamente a classificar como uma classe política, mas não é possível que os políticos diariamente reclamam do tratamento que recebem da imprensa, porque nós sabemos as dificuldades que temos para exercer o mandato, mas não é possível a desfaçatez de algumas lideranças do Congresso Nacional em propor neste momento em que os salários estão congelados para os trabalhadores do setor privado, do setor público, propor uma alteração constitucional para aumentar salário no meio da legislatura. Sabemos que salários só podem ser aumentados quando houver o aumento geral do quadro de servidores civis da União, não é com a supressão dessa ou daquela cláusula que vai se proceder o aumento salarial. Então creio que esta Casa aqui tem que se posicionar porque não é possível que sejamos jogados na vala comum quando na verdade há um grande arrocho salarial que se faz neste País aqui Deputado Ângelo Vanhoni.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, venho à tribuna chamar a atenção de cada um dos Senhores Parlamentares, e Vossa Excelência, Deputado Péricles, já deve ter sido procurado e cobrado, como foi o Deputado Joel Coimbra, Deputado do PDT de Maringá, porque tive durante muitos anos uma luta dura contra os empreiteiros que no Governo Collor do PRN, no governo Collorido, superfaturaram casas, Deputado Nelson Garcia, Vossa Excelência que conhece tão bem esses exemplos, superfaturaram casas no Paraná inteiro. E agora verificamos o seguinte: aqueles processos todos que foram feitos, as representações aqui no Ministério Público Estadual quando ainda tínhamos lá um Procurador Geral muito atuante, que era o Procurador Luiz Carlos de Lázaro, já aposentado, mas que tomou iniciativas ao lado do Doutor Alcides Munhoz, que era Sub-Procurador da República aqui no Paraná, que tomou uma série de iniciativas, decisões hoje que já foram proferidas pelo TRF em Porto Alegre e também no FTJ em Brasília, favorável Senhor Presidente aos mutuários.

E aqui no Paraná aqueles mesmos funcionários que com uma caneta na calada da noite concediam financiamento às empreiteiras de obras superfaturadas e péssima qualidade, agora com a mesma caneta estão assinando milhares de ordens de despejo contra essas famílias. Essa mesma caneta, Senhor Presidente, que liberou financiamento para obra superfaturada hoje assina ordem de despejo, e a Justiça Federal do nosso Estado infelizmente emite ordem, só na Cidade de Maringá duzentas famílias estão sendo despejadas por mês, e os valores das dívidas, que são

os valores históricos, se acumulam, e quando o imóvel é leilado, o imóvel é leilado por 1/3 do valor efetivamente que queria se cobrar daquele mutuário, quando o imóvel é colocado à venda. Das prestações de casas de 20, 22, 27 m², a R\$ 170,00, chegando a alguns casos até R\$ 360,00, porque aquelas casas foram superfaturadas.

Todos nós, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sabemos que é possível fazer casa boa e barata. Nós fizemos o Programa Casa da Família.

O Governo Estadual, agora, embora timidamente, há de se reconhecer, e casas que foram até encolhidas, é verdade, em prestação mais cara, mas executa o programa de autoconstrução, que, inclusive, num outro momento quero discutir aqui a política habitacional do Governo do Paraná. Mas executa um programa com bases razoáveis, embora questionáveis sobre alguns aspectos.

Não é possível que assistamos no Paraná inteiro esta aflição que vivem estas milhares de famílias. Porque Deputado Horácio Rodrigues, muitas vezes fomos à Brasília, negociamos, discutimos, e num outro escalão, em Brasília, todos são sensíveis, quando é no momento de se sentar e negociar, mas na prática do dia-a-dia os burocratas insensíveis, sentados numa cadeira, atrás de uma mesa, com um carpê espesso, com ar condicionado, não vêem o aspecto social do que está acontecendo. Porque são famílias pobres, que são despejadas destas casas por oficiais de justiça, acompanhados pela Polícia Militar.

Estas famílias são arrancadas. Os seus móveis são jogados na calçada, na rua. As crianças não têm um teto para morar. Só em Maringá são duzentos por mês, na própria confissão, aqui, que faz a gerente de habitação da Superintendência de Maringá.

Aqui, em Paranaguá, são centenas de despejos que estão sendo realizados, e na iminência de serem realizados.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, creio que esta Casa tem que se posicionar a esta questão. Nós que vivemos, hoje, sobre a égide de precatórios e discussões de roubo de grandes bancos de governos estaduais.

Acho que temos que nos preocupar também com o simples cidadão, com o pobre do mutuário, que tecnicamente tem até um nome bonito, ele está inadimplente, quando não paga prestação, e é tratado como se fosse um caloteiro. É despejado com a família, com seus filhos para fora da porta da sua casa. E, não é possível no estado de direito, nós possamos assistir esta cena, que é uma cena insólita. É uma cena, na verdade, irreal, porque todos os financiamentos são oriundos de roubo de comissões, que sem vergonhas ganharam, e, ganharam muito dinheiro no ano passado, e, que, agora, os pobres dos mutuários destas famílias estão sendo despejados.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados quero submeter a esta Casa dois requerimentos. O primeiro um expediente a ser encaminhado às autoridades que gerenciam o sistema financeiro de habitação, ao Ministro da Fazenda, o Excelentíssimo Senhor Pedro Sampaio Mallan, e ao Ministro que compete a gerência das questões habitacionais, que é o Ministro Antônio Kandir, para que se suspenda, para que se paralise imediatamente os despejos que estão sendo realizados pela Caixa Econômica Federal.

E, ao mesmo tempo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou apresentando um requerimento juntamente com o Deputado Cafo Quintana, Deputado Joel Coimbra, que requer a formação à Constituição, nos termos regimentais, de uma Comissão Especial, composta de cinco membros, com prazo e duração certa de cento e vinte dias, que é o que prevê o nosso Regimento Interno para que esta Comissão possa interceder junto a Caixa Econômica Federal e aos Ministérios, em Brasília, para que se possa suspender e paralisar os despejos que estão sendo realizados, e junto com as entidades que representam os mutuários negociar uma solução.

Concedo o aparte ao Deputado Péricles.

O Sr. Péricles Mello - Deputado Romanelli, conheço bem este tema, o Senhor sabe desde a época em que o Senhor era Secretário de Habitação do Paraná em Ponta Grossa temos graves problemas: ocupação do Conjunto Santa Bárbara, 500 casas, há mais de três anos. Infelizmente o Prefeito da cidade agora insiste que os moradores assinem

um contrato absurdo com a Caixa Econômica, para que daqui a um ou dois anos estejam sendo despejados, como o Senhor afirmou.

Quero agendar um novo requerimento e convido o Senhor e os outros Deputados a assinar comigo, ao Governo do Estado do Paraná, para que não permita que a Polícia Militar deste Estado seja utilizada pela Caixa Econômica para realizar despejos contra moradores pobres.

Como o Senhor mesmo disse o problema habitacional é fruto de uma política econômica mais séria, a questão do juro alto, o saldo devedor é muito mais alto do que o preço da casa, pela política de juros altos, e o superfaturamento de grandes empreiteiras que se locupletaram com o beneplácito, inclusive de atos dirigentes da Caixa Econômica, nomeados por políticos.

Então quero fazer um apelo e peço a sua assinatura para que o Governo do Paraná não permita que a Polícia do Paraná seja usada como instrumento dessa política habitacional trágica contra os trabalhadores pobres do nosso Estado. Espero que o Senhor assine comigo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Agradeço o seu aparte, endosso as suas palavras e lembro inclusive que o Governador Requião proibiu que a Polícia Militar apoiasse qualquer ação de despejo que fosse oriunda das casas que foram superfaturadas pela Caixa Econômica Federal.

Queria concluir este pronunciamento, esperando o apoio de todas as lideranças para que possamos tomar uma posição em relação a esta questão e resolver, junto a nossa Bancada Federal, aos Senadores, para que não possamos assistir calados a este descalabro justamente com aquelas famílias que sonham ter uma casa, criar os filhos, ter um lugar para voltar depois de uma jornada de trabalho, que é isso que quer qualquer trabalhador do nosso Estado.

Muito obrigado pelo beneplácito do tempo que estoguei, Senhor Presidente, mas é uma satisfação muito grande termos um Presidente como o Senhor e não como temos lá no Senado da República o ACM, que seguramente não tem o mesmo preparo que Vossa Excelência tem para presidir esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Participamos aqui da mesma linha de entendimento exposta pelo Deputado Romanelli. E vimos aqui nesta tribuna para confessar a nossa indignação com o procedimento que está sendo adotado pela Caixa Econômica Federal.

Tenho aqui um jornal de Maringá onde o gerente da Caixa Econômica de Maringá comete a desfaçatez de anunciar que está realizando cerca de 200 despejos por mês, como se isso fosse uma ação nobre, como se isso fosse uma ação engrandecedora!

Ficaria feliz e viria aqui aplaudir, Senhor Presidente, se o gerente da Caixa Econômica Federal fosse aos jornais para prestar contas, para comunicar a população que ele já tem o resultado das ações criminais instauradas para apurar as irregularidades da Caixa Econômica. Que ele viesse aos jornais para dizer que já tem os resultados daquelas investigações para apurar as ações de uma quadrilha onde estão envolvidas empreiteiras do ramo da construção civil, imobiliárias e funcionários da própria Caixa Econômica Federal que participaram desse processo, dessa grande falcatura que resultou no superfaturamento dessas casas, que fez com que essas ações fossem elevadas ao patamar aonde estão e que por isso não fossem pagas pelos usuários. Desconfio, Senhor Presidente, nobres Deputados, que faz parte de um projeto da Caixa Econômica, dar andamento a essas execuções, para que os processos criminais sejam investigados.

Nós, em 1992, solicitamos a instauração desses inquéritos - os inquéritos não chegaram a um bom termo, mas a Caixa Econômica continua executando os mutuários. E pasmem, Senhores, pasmem, a Caixa Econômica executa as prestações, despeja os mutuários, joga famílias e mais famílias na rua, e em seguida leiloe esses imóveis e vende por valor nunca superior a 50% (cinquenta por cento) do saldo

devedor. Temos um caso que me foi passado aqui, que um imóvel que foi executado por uma dívida no valor de 52 mil reais, que foi vendido depois por um valor de 26 mil reais, e no mesmo conjunto, uma dívida no valor de 52 mil reais, e depois o imóvel foi vendido por 16 mil reais.

E pergunto então, será que nessas condições os mutuários não podiam pagar? O que custa então a Caixa Econômica ter um pouco de sensibilidade, um pouco de espírito cívico e acolher a súplica de todos esses mutuários. Uma súplica que é feita por eles, por entidades representativas e por associações de bairros, no sentido de que a Caixa renegocie essas dívidas. Portanto, nós, nesse momento, ao apoiarmos esse requerimento para formação de uma Comissão Especial, estamos também apresentando à Mesa, e pedindo a colaboração, o apoio dos nobres colegas, para as seguintes providências: primeiro, que seja oficiado ao Superintendente da Caixa Econômica Federal, solicitando que suspenda todas as execuções imediatamente, e que reinicie o processo de negociação com os mutuários, dando a eles as mesmas condições que está dando aos arrematadores. Que seja oficiado também ao Procurador Geral da República e ao Procurador Geral da Justiça, solicitando a interveniência do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual nesses processos, participando da negociação, afirmando de que sejam auxiliados os mutuários no processo de negociação, porque, caro Deputado Basílio Zanusso, o Senhor não imagina as maneiras como os mutuários são tratados na Caixa Econômica.

Estive dias atrás em Brasília, num processo de negociação, participei de uma reunião com a Bancada Federal do Paraná, e os Senhores não imaginam o cinismo com que o representante da Caixa tratou os Deputados. E então, fiquei pensando, se fazem isso com Deputados, se fazem isso com uma Bancada inteira de Parlamentares, representantes do Estado, o que farão então com os pobres e desamparados mutuários. Portanto, Senhor Presidente, é fundamental que o Ministério Público Federal e Estadual, participem desse processo, no sentido de auxiliar os mutuários. E que seja oficializado também aos Promotores de Justiça de Consumidor de Maringá, no sentido de participarem dessas negociações.

São essas as minhas palavras e gostaria de contar com o apoio dos nobres colegas na aprovação desse requerimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto as Lideranças.

PFL, PT já usou o seu Horário.

PTB, PPB, PDT, PSDB, Liderança do Governo. (Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 009/97, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se ausentar do País, no período de 10 a 16 do corrente mês, com destino ao Estado de Virgínia, para receber Medalha Thomas Jefferson em Arquitetura. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando proposta de transformação na simbologia dos cargos em Comissão do Tribunal de Contas. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José

Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Durval Amaral, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que cria um Pólo da Indústria Têxtil e da Confecção do Paraná, liderado pelo Município de Maringá, com objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a indústria têxtil e de confecções da região. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.A.I.C. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

Há Emenda - ressalvada a Emenda. Está em votação a Emenda.

Em discussão, em votação. **Aprovada.**

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/97, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a PROVOPAR - Programa Voluntariado Paranaense, com sede e foro no Município de Formosa do Oeste. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 34, de 24.03.97)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 105/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Edno Guimarães, visa declarar de Utilidade Pública o PROVOPAR, com sede e foro no Município de Formosa do Oeste.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA
Presidente e Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Vereadores do Vale do Ivaí, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 34, de 24.03.97)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 111/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Vereadores do Vale do Ivaí, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA
Presidente e Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/97, que dispõe sobre as carreiras do Pessoal Docente e Técnico Administrativo

das Instituições de Ensino Superior do Paraná e dá outras providências, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F., COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. E PARECER FAVORÁVEL DA C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 36, de 25.03.97 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 114/97

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 114/97, objetiva criar as carreiras do Pessoal Docente e Técnico Administrativo das Instituições de Ensino Superior.

Inobstante a iniciativa do Poder Executivo represente grande passo no sentido de dotar as IES de legislação própria no que tange seu quadro funcional e, tenha contemplado, a maioria das aspirações do corpo docente e técnico das IES, posterior análise do texto à luz de novos esclarecimentos e justificativas prestadas pelos representantes das entidades enfocadas demonstrou a necessidade de se proceder alguns ajustes na proposta inicial.

A exeqüibilidade, conveniência e oportunidade das alterações propostas através do substitutivo anexo, que é o resultado do consenso entre lideranças desta Casa e representantes da comunidade universitária, foi previamente consultada junto aos órgãos estaduais interessados, haja vista que a iniciativa do processo legislativo de matéria desta natureza é exclusiva do Governador por força do disposto ao inciso I do artigo 66 da Constituição Federal.

No que respeita a coerência e observância aos ditames constitucionais, legais e regimentais nenhum vício se apresenta, devendo a proposição, na forma do substitutivo geral desta Comissão, seguir a sua tramitação, em Regime de Urgência, até final de liberação em Plenário.

Isto posto, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável, conforme substitutivo referido.

Sala das Comissões, em 08.04.97.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 114/97

CAPÍTULO I
DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Art. 1º - Fica criada a carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná.

Art. 2º - Os cargos públicos componentes da carreira serão providos através de nomeação, com a exigência de aprovação prévia em Concurso Público de Provas e Títulos.

Art. 3º - Os atuais cargos docentes existentes nas Instituições Estaduais de Ensino Superior ficam transformados em cargos de Professor de Ensino Superior, estruturados em 05 (cinco) classes, conforme segue:

- I - Professor Auxiliar, níveis A, B, C e D.
- II - Professor Assistente, níveis A, B, C e D.
- III - Professor Adjunto, níveis A, B, C e D.
- IV - Professor Associado, níveis A, B e C.
- V - Professor Titular.

§ 1º - O ingresso na Classe de Professor Associado se dará de acordo com o estabelecido no artigo 12 da presente Lei.

§ 2º - Os docentes terão as seguintes atribuições mínimas respeitadas a titulação:

I - Professor Auxiliar: exercício das atividades de ensino, participação em atividades de pesquisa e/ou extensão, em caráter coletivo ou individual, seleção e orientação de monitores, orientação de monografias de cursos de graduação e participação na gestão acadêmica e administrativa.

II - Professor Assistente: além das atribuições da classe de Professor Auxiliar, atividades de ensino em cursos de pós-graduação "lato-sensu", elaboração de projetos de

pesquisa e/ou elaboração e coordenação de projetos de extensão; orientação de alunos de pós-graduação "lato-sensu" e/ou bolsista de iniciação científica ou aperfeiçoamento e participação em banca de concurso público para a classe de Professor Auxiliar.

III - Professor Adjunto: além das atribuições da classe de Professor Assistente, atividades de ensino em curso de pós-graduação "stricto-sensu", coordenação de projetos de pesquisa, orientação de alunos de pós-graduação "stricto-sensu", participação em banca de concurso para a classe de Professor Assistente.

IV - Professor Associado: além das atribuições da classe de Professor Adjunto, consolidação de uma linha de pesquisa e elaboração de proposta teórico-metodológica em sua área de conhecimento, participação em banca de concurso público para a classe de Professor Adjunto e atividades de pós-graduação.

V - Professor Titular: além das atribuições da classe de Professor Associado, coordenação de pesquisa e desempenho acadêmico de grupos de produção de conhecimento e participação em banca de concurso para as classes de Professor Associado e Titular.

§ 3º - O regime de trabalho dos docentes desta carreira prevê dedicação exclusiva, tempo integral 40 horas semanais e tempo parcial.

§ 4º - Os vencimentos dos docentes, relativos ao respectivo regime de trabalho, são os constantes do ANEXO I à presente Lei.

§ 5º - O percentual interível nas classes será de 3% e os percentuais interclasses serão de:

I - auxiliar para assistente, 20,46% (vinte ponto quarenta e seis por cento).

II - assistente para adjunto, 6,50% (seis ponto cinquenta por cento).

III - adjunto para associado, 7,00% (sete ponto zero por cento).

IV - associado para titular, 20,00% (vinte ponto zero por cento).

Art. 4º - Os integrantes da carreira docente terão promoção de classe e ascensão de nível.

Art. 5º - A promoção de Professor Auxiliar à classe de Professor Assistente será feita mediante comprovação da obtenção do título de Mestre.

Parágrafo Único - Na hipótese do caput deste artigo, o Professor Auxiliar será enquadrado sempre no nível A da classe de Professor Assistente, independentemente do nível em que se encontrar, ficando a data de sua promoção como nova data base para ascensão interníveis.

Art. 6º - A promoção de Professor Auxiliar à classe de Professor Adjunto será feita mediante comprovação da obtenção do título de Doutor.

Parágrafo Único - Na hipótese do caput deste artigo, o Professor Auxiliar será enquadrado sempre no nível A da classe de Professor Adjunto, independentemente do nível em que se encontrar, ficando a data de sua promoção como nova data base para ascensão interníveis.

Art. 7º - O Professor Auxiliar ascenderá ao nível consecutivo de sua classe após interstício de 02 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho que inclua, obrigatoriamente, a aprovação de memorial descritivo definido perante comissão indicada pelo Departamento a que pertence.

Parágrafo Único - Independente do interstício, quando concluir curso de especialização, em conformidade com a Resolução nº 12/83 do Conselho Federal de Educação, mediante comprovação.

Art. 8º - A promoção de Professor Assistente à classe de Professor Adjunto será feita mediante comprovação da obtenção do título de Doutor.

Parágrafo Único - Na hipótese do caput deste artigo, o Professor Assistente será enquadrado sempre no nível A da classe de Professor Adjunto, independentemente do nível em que se encontrar, ficando a data de sua promoção como nova data base para ascensão interníveis.

Art. 9º - O Professor Assistente ascenderá ao nível consecutivo de sua classe após interstício de 2 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho que inclua, obrigatoriamente, a aprovação de memorial descritivo defendido perante comissão indicada pelo Departamento a que pertence, desde que possua o título de Mestre.

Art. 10 - O Professor Adjunto ascenderá ao nível consecutivo de sua classe após interstício de 2 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho que inclua, obrigatoriamente, a aprovação de memorial descritivo defendido perante comissão indicada pelo Departamento a que pertence, desde que possua o título de Doutor.

Art. 11 - As Comissões para avaliação de desempenho de que tratam os Artigos 7º, 9º e 10 deverão ser compostas de pelos menos 03 (três) membros de titulação igual ou superior ao do avaliado.

Art. 12 - O Professor Adjunto após 02 (dois) anos de interstício no nível D e mediante requerimento, será promovido à classe de Professor Associado, desde que:

I - possua o título de Livre Docente, ou

II possua o título de Doutor e seja aprovado em sessão pública de defesa de trabalho científico com memorial descritivo a ser apresentado perante uma banca examinadora.

Parágrafo Único - A banca examinadora será composta de 03 (três) membros, titulados a nível de Doutor, sendo, obrigatoriamente, 01 (um) de outra Instituição de Ensino Superior, e deverá ser constituída no prazo máximo de 02 (dois) anos, a contar da data do requerimento do Professor.

Art. 13 - O Professor Associado ascenderá ao nível consecutivo de sua classe após interstício de 2 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho que inclua, obrigatoriamente, a aprovação de memorial descritivo defendido perante comissão indicada pelo Departamento a que pertence.

Art. 14 - O acesso à Classe de Professor Titular será feito mediante habilitação em concurso público de provas, títulos e defesa de trabalho científico, podendo inscrever-se o portador de título de Doutor ou Livre-Docente há pelo menos 04 (quatro) anos e com experiência comprovada em docência no ensino superior de 04 (quatro) anos.

Parágrafo Único - A banca examinadora será composta de 05 (cinco) Professores Titulares Doutores, sendo obrigatoriamente 02 (dois) professores de outras Instituições de Ensino Superior.

Art. 15 - Os docentes integrantes das atuais classes de Professor Auxiliar, Assistente, Adjunto e Titular na data de publicação desta Lei, serão automaticamente enquadrados nos seguintes níveis:

I - Professores Auxiliar, Assistente e Adjunto, níveis I, II, III e IV, nos níveis A, B, C e D, respectivamente, mantida a classe.

II - Professores Titulares, níveis I a IV, para a classe de Professor Titular.

Art. 16 - Em função da titulação que possuírem, os docentes perceberão mensalmente gratificação de incentivo, conforme abaixo especificado:

I - 15% sobre o vencimento do seu nível salarial, aos integrantes da classe de Professor Auxiliar, quando portadores de título de especialização.

II - 15% sobre o vencimento do nível D da classe de Professor Auxiliar, aos integrantes de classes mais elevadas, quando portadores de título a nível de especialização.

III - 45% sobre o vencimento de seu nível salarial, aos

integrantes da classe de Professor Assistente, quando portadores de título a nível de mestrado.

IV - 45% sobre o vencimento do nível D da classe de Professor Assistente, aos integrantes de classes mais elevadas, quando portadores de título de mestrado.

V - 75% sobre o vencimento de seu nível salarial, aos integrantes das classes de Professor Adjunto, Associado ou Titular, quando portadores de título a nível de doutorado ou livre-docente.

Art. 17 - O vencimento básico do regime de dedicação exclusiva em qualquer uma das classes é equivalente ao vencimento básico com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais na classe correspondente acrescido do percentual de 55,0% (cinquenta e cinco ponto zero por cento).

Parágrafo Único - Para o ingresso e permanência no regime de dedicação exclusiva os professores deverão, obrigatoriamente, estar em consecução de projetos de pesquisa ou extensão, além de atender ao estabelecido na lei e nas normas da Instituição de Ensino Superior.

Art. 18 - Os docentes integrantes da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, a cada 07 (sete) anos de efetivo exercício de suas funções, farão jus à Licença Sabática de 06 (seis) meses, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Parágrafo Único - A concessão da Licença Sabática tem por finalidade o afastamento do docente para a realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional, de acordo com as normas estabelecidas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior.

CAPÍTULO II DA CARREIRA DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 19 - Fica criada a Carreira e o Plano de Classificação de Funções e Vencimentos do Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná.

§ 1º - A Carreira será integrada pelos servidores atualmente alocados nas Instituições de Ensino Superior.

§ 2º - Entende-se por Carreira o agrupamento de classes dispostas em ordem crescente, constituindo a linha de desenvolvimento profissional dos servidores.

§ 3º - Entende-se por Classe o agrupamento de funções com tarefas de mesma complexidade.

§ 4º - Entende-se por Função o conjunto de atribuições de mesma natureza e requisitos.

Art. 20 - O Plano de Carreira é composto de CARGO ÚNICO denominando Agente Universitário.

Parágrafo Único - Entende-se por Cargo a unidade básica da estrutura organizacional com provimento mediante nomeação, na referência inicial de cada classe, com exigência de aprovação prévia em Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos.

Art. 21 - São consideradas funções técnico-administrativas as constantes do ANEXO II.

§ 1º - As funções encontram-se distribuídas em classes, conforme o ANEXO supracitado, tendo atribuições e requisitos descritos em manual específico, a ser elaborado sob a coordenação da Secretaria de Estado da Administração.

§ 2º - A experiência exigida para cada função poderá ser substituída por cursos, estágios ou correlação com o terceiro grau incompleto.

Art. 22 - O desenvolvimento na Carreira poderá dar-se

por progressão e ascensão.

Art. 23 - Progressão é a passagem do servidor de uma referência para outra, dentro da mesma classe e função.

§ 1º - A progressão ficará limitada à última referência estabelecida para a classe.

§ 2º - Os critérios e periodicidade para a progressão, serão regulamentados por Decreto elaborado pela Secretaria de Estado da Administração no prazo máximo de 6 (seis) meses, "ad referendum" da Assembleia Legislativa.

Art. 24 - Ascensão é a passagem do servidor em efetivo exercício de uma classe para outra.

Parágrafo Único - Dar-se-á ascensão mediante o atendimento das seguintes exigências:

- I - Existência de vaga.
- II - Cumprimento dos requisitos de cada função.
- III - Realização de Concurso Público.

Art. 25 - O ingresso em nova classe, decorrente de ascensão, dar-se-á em referência de valor igual ou imediatamente superior ao vencimento atual do servidor.

Art. 26 - Havendo vaga poderá ocorrer mudança de função dentro da mesma classe, mantendo-se a mesma referência salarial atendidos os requisitos da função.

Art. 27 - O exercício de cargo em comissão ou função gratificada não prejudicará a progressão de nível ou ascensão de classe.

Art. 28 - A jornada de trabalho dos servidores do cargo de Agente Universitário será de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvados os casos em que a legislação específica estabelecer jornada especial.

Art. 29 - O enquadramento na nova situação dar-se-á conforme Tabela de Correlação de Cargos contante do ANEXO III.

Art. 30 - Os vencimentos das funções serão os constantes do ANEXO IV à presente lei.

Art. 31 - O enquadramento na nova Tabela de Vencimentos dar-se-á conforme o constante do ANEXO V.

Art. 32 - A gratificação de produtividade prevista na Lei 6569 de 25 de junho de 1974, passa a ser extensiva a todos os integrantes desta carreira, ocupantes de cargos de nível Superior.

CAPÍTULO III

OUTROS DISPOSITIVOS

Art. 33 - Os pedidos iniciais, de prorrogação e de revogação de disposições funcionais e os de remoção de servidores das Instituições de Ensino Superior, ficam dispensados da anuência do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, passando esta responsabilidade ao Dirigente da Instituição, que os encaminhará aos órgãos competentes para autorização.

Art. 34 - Os assuntos pertinentes ao 3º Grau de ensino, que dependem de análise e parecer do Conselho Estadual de Educação e não envolvam expansão de pessoal e/ou recursos financeiros repassados pelo Estado às Instituições Estaduais de Ensino Superior, deverão ser reportados diretamente àquele Colegiado.

§ 1º - Excluem-se expressamente, deste artigo, os processos referentes à autorização de funcionamento, reativação, reconhecimento e alteração de vagas de cursos de graduação, reconhecimento de Instituições Estaduais de Ensino Superior, bem como àqueles que envolvam diretrizes para o ensino superior do Estado, os quais sofrerão análise técnica da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ouvidos os órgãos que entender convenientes.

§ 2º - A homologação dos pareceres emitidos pelo Conselho Estadual de Educação, constantes do parágrafo supracitado, são de competência do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Art. 35 - Ficam as Instituições Estaduais de Ensino Superior dispensadas das formalidades de encaminhamento ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, dos processos de afastamento de servidores para curso de pós-graduação e/ou participação em Congressos, Seminários, Pesquisas e outros eventos, em Território Nacional, desde que não acarretem substituições por contratações.

Parágrafo Único - A autorização do afastamento, obedidas as normas legais, passa a ser competência do Dirigente da Instituição, após deliberação específica do Departamento onde o servidor estiver vinculado, procedidos os respectivos registros nos seus assentamentos funcionais.

Art. 36 - As disposições contidas nesta Lei estendem-se integralmente aos servidores inativos.

Art. 37 - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir 1º de março de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.04.97.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente.
EDUARDO TREVISAN - Relator

ANEXO III

TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO ATUAL	
CARGO	PADRÃO	FUNÇÃO	CLASSE
-----	-----	Afinador de Instrumentos Musicais	V
-----	-----	Apontador	IV
-----	-----	Auxiliar de Biotério	III
-----	-----	Auxiliar de Serigrafia	IV
-----	-----	Editor de Imagem	VII
-----	-----	Operador de Câmera	VI
-----	-----	Téc. de Abate e Industrialização de Carnes	VII
-----	-----	Téc. de Biotério	VII
-----	-----	Técnico de Manutenção de Emissora de TV	VII
-----	-----	Videotecário	V
Açougueiro	D	Açougueiro	V
Almoxarife I	G	Almoxarife	VI
Almoxarife II	E		
Analista de Microfilmagem	G	Técnico de Microfilmagem	VII
Auxiliar de Microfilmagem	E		
Laboratorista de Microfilmagem	F		
Armador	E	Armador	V
Assistente Administrativo,	G	Técnico Administrativo	VII
Técnico Administrativo,	H		
Tesoureiro	H		
Assistente de Assuntos Culturais,	G	Assistente de Assuntos Culturais	VII
Assistente Técnico de Artes Cênicas	H		
Assistente de Biblioteca,	G	Técnico de Biblioteca	VII
Técnico de Biblioteca	H		
Assistente de Creche	F	Educador Infantil	VII
Assistente de Farmácia	F	Assistente de Farmácia	VI
Assistente de Laboratório,	G	Técnico de Laboratório	VII
Assistente de Laboratório de Análises			
Clinicas,	G		
Técnico de Laboratório,	H		
Técnico de Laboratório de Análise	H		
Clinicas			
Assistente de Processamentos de Dados	H	Assistente de Processamentos de Dados	VI
I		Programador de Computador	VII
		Técnico de Suporte em Informática	VII
Assistente de Processamentos de Dados	F	Assistente de Processamentos de Dados	VI
II			
Assistente de Prótese Dentária	G	Assistente de Prótese Dentária	VI
Assistente de Vídeo-Tape,	F	Operador de Som e Imagem	VI
Operador de Luz,	G		
Operador de Projetor Cinematográfico,	E		
Técnico de Audiovisual	F		
Atendente de Consultório Dentário	E	Atendente de Consultório Dentário	IV
Atendente de Enfermagem	E	Atendente de Enfermagem	IV
Atendente de Veterinária	E	Assistente de Veterinária	VI
Aux. de Produção e Exper. Agropecuária	D	Auxiliar de Agropecuária	IV
I,	C		
Aux. de Produção e Exper. Agropecuária	B		
II.			
Operário Rural			
Auxiliar Administrativo,	E	Auxiliar Administrativo	IV
Auxiliar de Ludoteca,	E		
Auxiliar de Serviço Social,	E		
Recepcionista	D		
Auxiliar de Anatomia e Necrópsia	D	Auxiliar de Anatomia e Necrópsia	IV
Auxiliar de Atividade de Ensino	C	Auxiliar de Atividade de Ensino	III

ANEXO III

TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO ATUAL	
CARGO	PADRÃO	FUNÇÃO	CLASSE
Auxiliar de Biblioteca	E	Auxiliar de Biblioteca	IV
Auxiliar de Enfermagem	G	Auxiliar de Enfermagem	VI
Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	G	Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	VI
Auxiliar de Laboratório Fotográfico	C	Fotógrafo	V
Auxiliar de Laboratório, Aux. de Laboratório de Análises Clínicas	E E	Auxiliar de Laboratório	IV
Auxiliar de Nutrição	D	Auxiliar de Nutrição	IV
Auxiliar de Processamentos de Dados	E	Assistente de Processamentos de Dados Auxiliar Administrativo	VI IV
Auxiliar de Produção Gráfica	D	Auxiliar de Produção Gráfica	IV
Auxiliar de Saúde Pública	E	Auxiliar de Saúde Pública	III
Auxiliar de Serviços Gerais	B	Ajudante Geral Auxiliar de Lavanderia Zelador	II II II
Auxiliar Técnico de Artes Cênicas	D	Montador de Orquestra e coral	III
Auxiliar Técnico de Topografia, Topógrafo	F H	Topógrafo	VII
Bilheteiro	D	Bilheteiro	III
Borracheiro	C	Borracheiro	III
Carpinteiro	E	Carpinteiro	V
Cenotécnico	G	Cenotécnico	VI
Contra-regra	F		
Continuo	A	Continuo	I
Contra-Mestre	G	Contra-Mestre	VI
Copista Musical	G	Copista Musical	VII
Costureira	D	Costureiro	IV
Cozinheiro I	F	Cozinheiro	V
Cozinheiro II, Copeiro	D A	Auxiliar de Cozinha	IV
Desenhista Projetista	H	Desenhista Projetista	VII
Desenhista, Técnico em Artes Visuais	F G	Técnico em Artes Visuais	VII
Digitador	E	Auxiliar Administrativo Digitador	IV IV
Discotecário	E	Discotecário	III
Eletricista	F	Eletricista	V
Eletrotécnico	H	Eletrotécnico	VII
Encanador	E	Encanador	V
Funileiro	F	Funileiro	V
Hialotécnico	H	Hialotécnico	VII
Inspetor de Orquestra	H	Inspetor Musical	VII
Instrumentador Cirúrgico	G	Instrumentador Cirúrgico	VI
Instrumentista Musical	H	Instrumentista Musical	VII
Instrutor de Artes	G	Instrutor de Artes	VII
Instrutor de Formação Específica II	G	Instrutor de Formação Específica	VI
Jardineiro	D	Jardineiro	IV
Lavadeiro	C	Auxiliar de Lavanderia	II
Locutor	G	Locutor Apresentador	VII
Lustrador Pintor	D	Lustrador Pintor	V
Marceneiro	F	Marceneiro	V
Marinheiro Fluvial de Convés	D	Marinheiro Fluvial de Convés	IV
Marinheiro Fluvial de Máquinas	E	Marinheiro Fluvial de Máquinas	IV
Mecânico	F	Mecânico	V

ANEXO III

TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO ATUAL	
CARGO	PADRÃO	FUNÇÃO	CLASSE
Mecânico Auxiliar	D	Auxiliar Mecânico	III
Mestre de Obras	H	Mestre de Obras	VII
Motorista	F	Motorista	V
Observador Meteorológico	D	Observador Meteorológico	III
Oficial de Manutenção I,	E	Oficial de Manutenção	V
Oficial de Manutenção II	D	Oficial de Manutenção de Piscina	V
		Operador de Caldeira	IV
Oficial Rural	E	Oficial Agropecuário	V
Operador de Câmara Escura	E	Operador de Câmara Escura	III
Operador de Computador	G	Assistente de Processamentos de Dados	VI
		Operador de Computador	VI
Operador de Copiadora	C	Operador de Copiadora	III
Operador de Eletrodiagnóstico	G	Operador de Eletrodiagnóstico	VI
Operador de Equipamento Pesado	F	Operador de Equipamento Pesado	V
		Tratorista	IV
Operador de Estúdio de Rádio	F	Operador de Estúdio	V
		Técnico de Áudio e Vídeo	VII
Operador de Imagem	G	Técnico de Áudio e Vídeo	VII
Técnico de Video-Tape	H		
Operador Gráfico I,	H	Cortador	VII
Operador Gráfico II,	G	Desenhista de Ilustração Gráfica	VII
Operador Gráfico III,	E	Impressor Off-Set	VII
		Impressor Tipográfico	VII
		Laboratorista Gráfico	VII
		Serigrafo	VII
		Técnico de Arte e Composição	VII
Pedreiro	E	Pedreiro	V
Pintor	D	Pintor	V
Pintor Letrista	F	Pintor Letrista	VI
Porteiro	C	Porteiro	III
Produtor Executivo	H	Produtor Executivo	VII
Programador Musical	F	Programador Musical	VI
Recreacionista	G	Recreacionista	VI
Restaurador Bibliográfico	F	Encadernador	V
		Téc. de Restauo e Conservação	
		Bibliográfica	VII
Serralheiro	F	Serralheiro	V
Servente	B	Ajudante Geral	II
		Zelador	II
Tapeceiro	E	Tapeceiro	IV
Taxidermista	G	Taxidermista	VII
Técnico de Agropecuária	H	Técnico de Agropecuária	VII
Técnico de Anatomia e Necrópsia	H	Técnico de Anatomia e Necrópsia	VII
Técnico de Arquivo	G	Técnico de Arquivo	VII
Técnico de Contabilidade	H	Técnico de Contabilidade	VII
Técnico de Economia Doméstica	H	Técnico de Economia Doméstica	VII
Técnico de Edificações	H	Técnico de Edificações	VII
Técnico de Eletrônica	H	Técnico de Eletrônica	VII
Técnico de Enfermagem	H	Técnico de Enfermagem	VII
Técnico de Higiene Dental	H	Técnico de Higiene Dental	VII
Técnico de Manutenção de Equipamentos	H	Técnico de Manutenção de Equipamentos	VII
Técnico de Meteorologia	H	Técnico de Meteorologia	VII
Técnico de Museologia	H	Técnico de Museologia	VII
Técnico de Piscicultura	H	Técnico de Piscicultura	VII

ANEXO III

TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO ATUAL	
CARGO	PADRÃO	FUNÇÃO	CLASSE
Técnico de Ponte e Estradas	H	Técnico de Estradas	VII
Técnico de Produção Industrial	G	Técnico de Produção Industrial	VII
Técnico de Prótese Dentária	H	Técnico de Prótese Dentária	VII
Técnico de Radiologia	H	Técnico de Radiologia	VII
Técnico de Segurança do Trabalho	H	Técnico de Segurança do Trabalho	VII
Técnico de Telecomunicações	H	Técnico de Telecomunicações	VII
Técnico de Fotografia	G	Técnico de Fotografia	VII
Técnico Florestal	H	Técnico Florestal	VII
Técnico Mecânico	H	Técnico Mecânico	VII
Telefonista	D	Telefonista	IV
Torneiro Mecânico	G	Torneiro Mecânico	VI
Tratorista	D	Tratorista	IV
Vidraceiro	D	Vidraceiro	III
Vigia	C	Vigia	IV
Fiscal de Segurança	C		
FUNÇÃO	PADRÃO	FUNÇÃO	CLASSE
-----		Arquivologista	VII
-----		Capelão	VIII
-----		Diretor de Imagem	VII
-----		Engenheiro Agrícola	VII
-----		Musicoterapeuta	VII
-----		Programador Visual	VII
-----		Revisor de Textos	VII
-----		Roteirista	VII
-----		Zootecnista	VII
Administrador	I (III, II, I)	Administrador	VIII
Advogado	I (III, II, I)	Advogado	VIII
Analista de Sistema	I (III, II, I)	Analista de Informática	VIII
Arquitet	I (III, II, I)	Arquiteto	VII
Assessor Técnico	I (III, II, I)	Assessor Técnico	VII
Assistente Social	I (III, II, I)	Assistente Social	VIII
Bibliotecário	I (III, II, I)	Bibliotecário	VII
Biólogo	I (III, II, I)	Biólogo	VII
Bioquímico	I (III, II, I)	Bioquímico	VII
Contador	I (III, II, I)	Contador	VIII
Economista	I (III, II, I)	Economista	VII
Economista Doméstico	I (III, II, I)	Economista Doméstico	VII
Enfermeiro	I (III, II, I)	Enfermeiro	VII
Engenheiro Agrônomo	I (III, II, I)	Engenheiro Agrônomo	VII
Engenheiro Civil	I (III, II, I)	Engenheiro Civil	VIII
Engenheiro de Segurança no Trabalho	I (III, II, I)	Engenheiro de Segurança no Trabalho	VII
Engenheiro Eletricista	I (III, II, I)	Engenheiro Eletricista	VII
Engenheiro Florestal	I (III, II, I)	Engenheiro Florestal	VII
Engenheiro Químico	I (III, II, I)	Engenheiro Químico	VII
Estatístico	I (III, II, I)	Estatístico	VII
Farmacêutico	I (III, II, I)	Farmacêutico	VII
Físico	I (III, II, I)	Físico	VII
Fisioterapeuta	I (III, II, I)	Fisioterapeuta	VIII
Fonoaudiólogo	I (III, II, I)	Fonoaudiólogo	VII
Geógrafo	I (III, II, I)	Geógrafo	VII
Instrutor de Prática Desportiva	I (III, II, I)	Instrutor de Prática Desportiva	VII
Jornalista	I (III, II, I)	Jornalista	VII
Maestro	I (III, II, I)	Maestro	VIII
Médico	J (III, II, I)	Médico	VII

ANEXO III TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO ATUAL	
FUNÇÃO	PADRÃO	FUNÇÃO	CLASSE
Médico do Trabalho	I (III, II, I)	Médico do Trabalho	VIII
Médico Veterinário	I (III, II, I)	Médico Veterinário	VIII
Museólogo	I (III, II, I)	Museólogo	VIII
Músico	I (III, II, I)	Músico	VIII
Nutricionista	I (III, II, I)	Nutricionista	VIII
Cirurgião Dentista	I (III, II, I)	Cirurgião Dentista	VIII
Instrutor de Disciplinas Específicas	I (III, II, I)	Instrutor de Idiomas	VIII
Pedagogo	I (III, II, I)	Pedagogo	VIII
Produtor Radiofônico	I (III, II, I)	Produtor de Rádio e TV	VIII
Psicólogo	I (III, II, I)	Psicólogo	VIII
Químico	I (III, II, I)	Químico	VIII
Relações Públicas	I (III, II, I)	Relações Públicas	VIII
Secretário Executivo	I (III, II, I)	Secretário Executivo	VIII
Técnicos de Finanças	I (III, II, I)	Técnicos de Finanças	VIII
Técnico de Planejamento	I (III, II, I)	Técnico de Planejamento	VIII
Técnico de Recursos Humanos	I (III, II, I)	Técnico de Recursos Humanos	VIII
Técnico em Assuntos Culturais	I (III, II, I)	Técnico em Assuntos Culturais	VIII
Técnico em Programas Educacionais	I (III, II, I)	Técnico em Assuntos Educacionais	VIII

ANEXO IV
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO IES

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
I	184,37	188,98	193,70	198,54	203,51	208,59	213,81	218,15	224,63	230,25	236,00	241,90	247,95	254,15	260,50	267,02	273,69	280,53	287,55	294,74
II	205,41	210,54	215,81	221,20	226,73	232,40	238,21	244,17	250,27	256,53	262,94	269,51	276,25	283,16	290,24	297,49	304,93	312,55	320,37	328,38
III	245,49	251,62	257,92	264,36	270,97	277,75	284,69	291,81	299,10	306,58	314,24	322,10	330,15	338,41	346,87	355,54	364,43	373,54	382,88	392,45
IV	269,54	276,27	283,18	290,26	297,52	304,95	312,58	320,39	328,40	336,61	345,03	353,65	362,49	371,56	380,85	390,37	400,13	410,13	420,38	430,89
V	296,59	304,00	311,80	319,39	327,38	335,56	343,95	352,55	361,36	370,40	378,66	389,15	398,88	408,85	419,07	429,55	440,29	451,29	462,58	474,14
VI	350,70	359,46	368,45	377,66	387,10	396,78	406,70	416,87	427,29	437,97	448,92	460,14	471,65	483,44	495,52	507,91	520,81	533,63	546,97	560,64
VII	434,86	445,73	456,88	468,30	480,01	492,01	504,31	516,92	529,84	543,08	556,66	570,58	584,84	599,46	614,45	629,81	645,56	661,70	678,24	695,19
VIII	781,01	808,34	836,63	865,92	896,22	927,58	960,06	993,66	1 028,44	1 084,43	1 101,69	1 140,24	1 180,15	1 221,46	1 264,21	1 308,46	1 354,25	1 401,65	1 450,71	1 501,48

ANEXO II

CLASSE	FUNÇÃO
I	Contínuo
II	Ajudante Geral
II	Auxiliar de Lavanderia
II	Zelador
III	Auxiliar de Atividade de Ensino
III	Auxiliar de Biotério
III	Auxiliar de Mecânico
III	Auxiliar de Saúde Pública
III	Bilheteiro
III	Borracheiro
III	Discotecário
III	Montador de Orquestra e Coral
III	Observador Meteorológico
III	Operador de Câmara Escura
III	Operador de Copiadora
III	Porteiro
III	Vidraceiro
IV	Apontador
IV	Atendente de Consultório Dentário
IV	Atendente de Enfermagem
IV	Auxiliar Administrativo
IV	Auxiliar de Agropecuária
IV	Auxiliar de Anatomia e Necrópsia
IV	Auxiliar de Biblioteca
IV	Auxiliar de Cozinha
IV	Auxiliar de Laboratório
IV	Auxiliar de Nutrição
IV	Auxiliar de Produção Gráfica
IV	Auxiliar de Serigrafia
IV	Costureiro
IV	Digitador
IV	Jardineiro
IV	Marinheiro Fluvial de Convés
IV	Marinheiro Fluvial de Máquinas
IV	Operador de Caldeira
IV	Tapeceiro
IV	Telefonista

ANEXO II

CLASSE	FUNÇÃO
IV	Tratorista
IV	Vigia
V	Açougueiro
V	Afinador de Instrumento Musical
V	Armador
V	Carpinteiro
V	Cozinheiro
V	Eletricista
V	Encadernador
V	Encanador
V	Fotógrafo
V	Funileiro
V	Lustrador Pintor
V	Marceneiro
V	Mecânico
V	Motorista
V	Oficial Agropecuário
V	Oficial de Manutenção
V	Oficial de Manutenção de Piscina
V	Operador de Equipamento Pesado
V	Operador de Estúdio
V	Pedreiro
V	Pintor
V	Serralheiro
V	Videotecário
VI	Almoxarife
VI	Assistente de Farmácia
VI	Assistente de Processamento de Dados
VI	Assistente de Prótese Dentária
VI	Assistente de Veterinária
VI	Auxiliar de Enfermagem
VI	Auxiliar de Enfermagem do Trabalho
VI	Cenotécnico
VI	Contra-Mestre
VI	Instrumentador Cirúrgico
VI	Instrutor de Formação Específica
VI	Operador de Câmera

ANEXO II

CLASSE	FUNÇÃO
VI	Operador de Computador
VI	Operador de Eletrodiagnóstico
VI	Operador de Som e Imagem
VI	Pintor Letrista
VI	Programador Musical
VI	Recreacionista
VI	Serígrafo
VI	Torneiro Mecânico
VII	Assistente de Assuntos Culturais
VII	Copista Musical
VII	Cortador
VII	Desenhista de Ilustração Gráfica
VII	Desenhista Projetista
VII	Editor de Imagem
VII	Educador Infantil
VII	Eletrotécnico
VII	Hialotécnico
VII	Impressor Off-Set
VII	Impressor Tipográfico
VII	Inspetor Musical
VII	Instrumentista Musical
VII	Instrutor de Artes
VII	Laboratorista Gráfico
VII	Locutor Apresentador
VII	Mestre de Obras
VII	Produtor Executivo
VII	Programador de Computador
VII	Taxidermista
VII	Técnico Administrativo
VII	Técnico de Áudio e Vídeo
VII	Técnico de Abate e Industrialização de Carnes
VII	Técnico de Agropecuária
VII	Técnico de Anatomia e Necrópsia
VII	Técnico de Arquivo
VII	Técnico de Artes e Composição
VII	Técnico de Artes Visuais
VII	Técnico de Biblioteca

ANEXO II

CLASSE	FUNÇÃO
VII	Técnico de Biotêno
VII	Técnico de Contabilidade
VII	Técnico de Economia Doméstica
VII	Técnico de Edificações
VII	Técnico de Eletrônica
VI	Técnico de Enfermagem
VII	Técnico de Estradas
VII	Técnico de Fotografia
VII	Técnico de Higiene Dental
VII	Técnico de Laboratório
VI	Técnico de Manutenção de Emissora de TV
VII	Técnico de Manutenção de Equipamentos
VII	Técnico de Meteorologia
VII	Técnico de Microfilmagem
VII	Técnico de Museologia
VII	Técnico de Piscicultura
VII	Técnico de Produção Industrial
VII	Técnico de Prótese Dentária
VII	Técnico de Radiologia
VII	Técnico de Restauro e Conservação Bibliográfica
VII	Técnico de Segurança do Trabalho
VII	Técnico de Suporte em Informática
VII	Técnico de Telecomunicações
VII	Técnico Florestal
VII	Técnico Mecânico
VII	Topógrafo
VIII	Administrador
VIII	Advogado
VIII	Analista de Informática
VIII	Arquiteto
VIII	Arquivologista
VIII	Assessor Técnico
VIII	Assistente Social
VIII	Bibliotecário
VIII	Biólogo
VIII	Bioquímico
VIII	Capelão

ANEXO II

CLASSE	FUNÇÃO
VIII	Cirurgião Dentista
VIII	Contador
VIII	Diretor de Imagem
VIII	Economista
VIII	Economista Doméstica
VIII	Enfermeiro
VIII	Engenheiro Agrícola
VIII	Engenheiro Agrônomo
VIII	Engenheiro Civil
VIII	Engenheiro de Segurança do Trabalho
VIII	Engenheiro Eletricista
VIII	Engenheiro Florestal
VIII	Engenheiro Químico
VIII	Estatístico
VIII	Farmacêutico
VIII	Físico
VIII	Fisioterapeuta
VIII	Fonaudiólogo
VIII	Geógrafo
VIII	Instrutor de Idiomas
VIII	Instrutor de Prática Desportiva
VIII	Jornalista
VIII	Maestro
VIII	Médico
VIII	Médico do Trabalho
VIII	Médico Veterinário
VIII	Museólogo
VIII	Músico
VIII	Musicoterapeuta
VIII	Nutricionista
VIII	Pedagogo
VIII	Produtor de Rádio e TV
VIII	Programador Visual
VIII	Psicólogo
VIII	Químico
VIII	Relação Públicas
VIII	Revisor de Textos

ANEXO II

CLASSE	FUNÇÃO
VIII	Roteirista
VIII	Secretário Executivo
VIII	Técnico de Finanças
VIII	Técnico de Planejamento
VIII	Técnico de Recursos Humanos
VIII	Técnico em Assuntos Culturais
VIII	Técnico em Assuntos Educacionais
VIII	Zootecnista

ANEXO I

PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

DESCRIÇÃO DO CARGO	TIDE	REGIME TIDE	REGIME T-40	REGIME T-34(1)	REGIME T-28(2)	REGIME T-24	REGIME T-20	REGIME T-12	REGIME T-10	REGIME T-09
PA1 PROF. AUXILIAR A	422,17	1 189,76	767,59	652,45	537,31	460,55	383,79	230,28	191,90	172,71
PA2 PROF. AUXILIAR B	434,84	1 225,45	790,61	672,02	553,43	474,37	395,31	237,18	197,65	177,89
PA3 PROF. AUXILIAR C	447,88	1 262,21	814,33	692,18	570,03	488,60	407,17	244,30	203,58	183,22
PA4 PROF. AUXILIAR D	461,32	1 300,08	838,76	712,95	587,13	503,26	419,38	251,63	209,69	188,72
PS1 PROF. ASSISTENTE A	555,70	1 566,08	1 010,37	858,82	707,26	606,22	505,19	303,11	252,59	227,33
PS2 PROF. ASSISTENTE B	572,38	1 613,06	1 040,68	884,58	728,48	624,41	520,34	312,20	260,17	234,15
PS3 PROF. ASSISTENTE C	589,55	1 661,45	1 071,90	911,12	750,33	643,14	535,95	321,57	267,98	241,18
PS4 PROF. ASSISTENTE D	607,23	1 711,29	1 104,06	938,45	772,84	662,44	552,03	331,22	276,02	248,41
PD1 PROF. ADJUNTO A	646,70	1 822,53	1 175,82	999,45	823,08	705,49	587,91	352,75	293,96	264,56
PD2 PROF. ADJUNTO B	666,10	1 877,20	1 211,10	1 029,43	847,77	726,66	605,55	363,33	302,77	272,50
PD3 PROF. ADJUNTO C	686,09	1 933,52	1 247,43	1 060,32	873,20	748,46	623,72	374,23	311,86	280,67
PD4 PROF. ADJUNTO D	706,67	1 991,52	1 284,85	1 092,13	899,40	770,91	642,43	385,46	321,21	289,09
PA1 PROF. ASSOCIADO A	756,14	2 130,93	1 374,79	1 168,58	962,36	824,88	687,40	412,44	343,70	309,33
PA2 PROF. ASSOCIADO B	778,82	2 194,86	1 416,04	1 203,63	991,23	849,62	708,02	424,81	354,01	318,61
PA3 PROF. ASSOCIADO C	802,19	2 260,70	1 458,52	1 239,74	1 020,96	875,11	729,26	437,56	364,63	328,17
PT PROF. TITULAR	962,62	2 712,85	1 750,22	1 487,69	1 225,16	1 050,13	875,11	525,07	437,56	393,80

(1) REGIME DE TRABALHO APLICADO SOMENTE PELA UEL

(2) REGIME DE TRABALHO APLICADO SOMENTE PELA UEPG

ANEXO I

PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

DESCRIÇÃO DO CARGO	TIDE	REGIME TIDE	REGIME T-40	REGIME T-34(1)	REGIME T-28(2)	REGIME T-24	REGIME T-20	REGIME T-12	REGIME T-10	REGIME T-09
PA1 PROF. AUXILIAR A	422,17	1 189,73	767,59	652,45	537,31	460,55	383,79	230,28	191,90	172,71
PA2 PROF. AUXILIAR B	434,84	1 225,45	790,61	672,02	553,43	474,37	395,31	237,18	197,65	177,89
PA3 PROF. AUXILIAR C	447,88	1 262,21	814,33	692,18	570,03	488,60	407,17	244,30	203,58	183,22
PA4 PROF. AUXILIAR D	461,32	1 300,08	838,76	712,95	587,13	503,26	419,38	251,63	209,69	188,72
PS1 PROF. ASSISTENTE A	555,70	1 566,08	1.010,37	858,82	707,26	606,22	505,19	303,11	252,59	227,33
PS2 PROF. ASSISTENTE B	572,38	1.613,06	1.040,68	884,58	728,48	624,41	520,34	312,20	260,17	234,15
PS3 PROF. ASSISTENTE C	589,55	1 661,45	1.071,90	911,12	750,33	643,14	535,95	321,57	267,98	241,18
PS4 PROF. ASSISTENTE D	607,23	1 711,29	1.104,06	938,45	772,84	662,44	552,03	331,22	276,02	248,41
PD1 PROF. ADJUNTO A	646,70	1 822,53	1 175,82	999,45	823,08	705,49	587,91	352,75	293,96	264,56
PD2 PROF. ADJUNTO B	666,10	1 877,20	1 211,10	1 029,43	847,77	726,66	605,55	363,33	302,77	272,50
PD3 PROF. ADJUNTO C	686,09	1 933,52	1 247,43	1 060,32	873,20	748,46	623,72	374,23	311,86	280,67
PD4 PROF. ADJUNTO D	706,67	1 991,52	1 284,85	1 092,13	899,40	770,91	642,43	385,46	321,21	289,09
PA1 PROF. ASSOCIADO A	756,14	2 130,93	1 374,79	1 168,58	962,36	824,88	687,40	412,44	343,70	309,33
PA2 PROF. ASSOCIADO B	778,82	2 194,86	1 416,04	1 203,63	991,23	849,62	708,02	424,81	354,01	318,61
PA3 PROF. ASSOCIADO C	802,19	2 260,70	1 458,52	1 239,74	1 020,96	875,11	729,26	437,56	364,63	328,17
PT PROF. TITULAR	962,62	2 712,85	1 750,22	1 487,69	1 225,16	1 050,13	875,11	515,07	437,56	393,80

(1) REGIME DE TRABALHO APLICADO SOMENTE PELA UEL

(2) REGIME DE TRABALHO APLICADO SOMENTE PELA UFPA

ANEXO V

ENQUADRAMENTO NA TABELA DE VENCIMENTOS CONSTANTES
DO ANEXO IV DA PRESENTE LEI

SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "A"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "I"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "A"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "IV"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "B"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "II"
NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA
1	A	1	A	1	A
2	C	2	A	2	C
3	E	3	A	3	D
4	F	4	A	4	F
5	H	5	A	5	G
6	I	6	A	6	I
7	K	7	A	7	K
8	M	8	A	8	L
9	N	9	A	9	N
10	P	10	A	10	O
11	Q	11	B	11	Q

SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "B"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "IV"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "C"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "II"
NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA
1	A	1	E
2	A	2	F
3	A	3	H
4	A	4	J
5	A	5	K
6	A	6	M
7	A	7	N
8	A	8	P
9	C	9	R
10	D	10	S
11	F	11	T

SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "C"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "III"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "C"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "IV"
NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA
1	A	1	A
2	A	2	A
3	A	3	A
4	B	4	A
5	D	5	A
6	F	6	B
7	G	7	C
8	I	8	E
9	J	9	G
10	L	10	H
11	N	11	J

ANEXO V

ENQUADRAMENTO NA TABELA DE VENCIMENTOS CONSTANTES DO ANEXO IV DA PRESENTE LEI

SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "C"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "V"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "D"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "III"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "D"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "IV"
NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA
1	A	1	A	1	A
2	A	2	C	2	A
3	A	3	E	3	A
4	A	4	F	4	B
5	A	5	H	5	D
6	A	6	I	6	F
7	A	7	K	7	G
8	A	8	M	8	I
9	C	9	N	9	J
10	D	10	P	10	L
11	F	11	Q	11	N

SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "D"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "V"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "E"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "III"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "E"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "IV"
NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA
1	A	1	E	1	B
2	A	2	G	2	C
3	A	3	I	3	E
4	A	4	J	4	F
5	A	5	L	5	H
6	B	6	M	6	J
7	C	7	O	7	K
8	E	8	P	8	M
9	G	9	R	9	N
10	H	10	T	10	P
11	J	11	T	11	Q

SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "E"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VI"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "E"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VI"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "E"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VII"
NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA
1	A	1	A	1	A
2	A	2	A	2	A
3	A	3	A	3	A
4	B	4	A	4	A
5	D	5	A	5	A
6	F	6	A	6	A
7	G	7	A	7	A
8	I	8	B	8	A
9	J	9	D	9	A
10	L	10	E	10	A
11	N	11	G	11	A

ANEXO V

ENQUADRAMENTO NA TABELA DE VENCIMENTOS CONSTANTES
DO ANEXO IV DA PRESENTE LEI

SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "F" NÍVEL	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "V" REFERÊNCIA	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "F" NÍVEL	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VI" REFERÊNCIA	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "F" NÍVEL	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VII" REFERÊNCIA
1	B	1	A	1	A
2	C	2	A	2	A
3	E	3	A	3	A
4	F	4	A	4	A
5	H	5	A	5	A
6	I	6	C	6	A
7	K	7	D	7	A
8	M	8	F	8	A
9	N	9	G	9	A
10	P	10	I	10	A
11	Q	11	K	11	B

SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "G" NÍVEL	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VI" REFERÊNCIA	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "G" NÍVEL	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VII" REFERÊNCIA	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "H" NÍVEL	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VI" REFERÊNCIA
1	A	1	A	1	J
2	C	2	A	2	L
3	E	3	A	3	M
4	F	4	A	4	O
5	H	5	A	5	Q
6	I	6	A	6	R
7	K	7	B	7	T
8	M	8	D	8	T
9	N	9	E	9	T
10	P	10	G	10	T
11	Q	11	I	11	T

ANEXO V
ENQUADRAMENTO NA TABELA DE VENCIMENTOS CONSTANTES
DO ANEXO IV DA PRESENTE LEI

SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "H"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VII"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "I-III"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VIII"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "I-II"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VIII"
NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA
1	A	1	A	1	E
2	C	2	B	2	F
3	E	3	C	3	G
4	F	4	D	4	H
5	H	5	E	5	J
6	I	6	F	6	K
7	K	7	H	7	L
8	M	8	I	8	M
9	N	9	J	9	N
10	P	10	K	10	O
11	Q	11	L	11	P

SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "I-I"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VIII"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "J-III"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VIII"	SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "J-II"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VIII"
NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA	NÍVEL	REFERÊNCIA
1	I	1	A	1	A
2	J	2	A	2	A
3	K	3	A	3	A
4	M	4	A	4	A
5	N	5	A	5	A
6	O	6	A	6	B
7	P	7	A	7	C
8	Q	8	A	8	E
9	R	9	B	9	F
10	S	10	C	10	G
11	T	11	D	11	H

SITUAÇÃO ATUAL PADRÃO "J-I"	SITUAÇÃO PROPOSTA CLASSE "VIII"
NÍVEL	REFERÊNCIA
1	A
2	B
3	C
4	D
5	E
6	F
7	H
8	I
9	J
10	K
11	L

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 114/97

P A R E C E R:

RELATÓRIO

O presente plano de lei, oriundo de Mensagem Governamental, tem por objetivo criar as carreiras do Pessoal Docente e Técnico Administrativo das Instituições de Ensino Superior.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada a manifestar-se, a Douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável a matéria, procedendo alguns ajustes na proposta inicial do Poder Executivo, na forma de um Substitutivo Geral.

CONCLUSÃO

Esta Comissão de Finanças acompanha o parecer e o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça e dá o seu parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 114/97.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de nº 01 de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 114/97

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 003/97

SÚMULA: "Dispõe sobre as carreiras do pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná e dá outras providências.

Ao Artigo 31, acrescente-se Parágrafo Único com a seguinte redação:

Art. 31. ...

Parágrafo Único: Os aposentados usufruirão de todos os benefícios da presente Lei.

Sala das Sessões, em 07.04.97.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento: Carlos Simões, Renato Adur, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Luiz Cláudio Romanelli, José Tavares e Gerardo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

A intenção desta Emenda é dar equidade de tratamento no que se refere a remuneração do servidor público aposentado.

Resgatar a dívida social no Paraná, com seus aposentados é uma importante tarefa dentro do esforço geral de democratização de nossa sociedade.

O § 4º do Artigo 40 da Constituição Federal diz o seguinte: "Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei".

O § 3º do Artigo 35 da Constituição Estadual, reza o seguinte:

"Os proventos da aposentadoria ou inatividade serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei".

O Artigo 143 da Lei nº 6174/70 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná) traz o seguinte:

"Os proventos da inatividade serão sempre reajustados nas mesmas bases percentuais dos aumentos concedidos aos servidores em atividade, de categoria equivalente".

Portanto, entendemos ser de inteira justiça o reconhecimento ora proposto, para com isso restabelecer a respeito direitos consagrados, que são bem claros: "Qualquer benefício deve ser estendido aos inativos."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhamento de votação concedo a palavra ao Senhor Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Projeto de Lei ora em Discussão, Mensagem nº 004/97 é que versa a respeito da verba de representação ao Servidor Público do Estado do Paraná. Solicitei para encaminhar e a exposição que aqui eu vou fazer não é pessoal, é em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Queremos dizer, que nessa primeira discussão quando se vota a Constitucionalidade, a legalidade, a Bancada do Partido dos Trabalhadores votará favorável. Queremos dizer que ao longo dos últimos anos a Bancada do PT nesta Casa, tem mantido uma coerência no sentido de se posicionar toda vez que aqui tem reajuste para o servidor público e mesmo quando não têm, com fiz na semana passada, quando temos defendido o serviço público e o Servidor Público.

Estou aqui nesta Casa há seis anos e nesse período todo, a nossa Bancada mantém a coerência de defender reajustes isonômicos em toda ocasião em que aqui chegam propostas de reajuste.

Seja no momento em que o Governador era Roberto Requião, que mandava reajustes diferenciados, a nossa Bancada eu o Ovídio e o Ernani, sempre apresentamos emendas para que o reajuste fosse estendido a todos os servidores públicos. Se a Mesa aceita ou não aceita, se a Bancada de sustentação vota favorável ou contra é outra discussão. Mas a nossa Bancada tem cumprido o seu papel de defesa do serviço público e dos servidores públicos.

Quero lembrar os Senhores Deputados, que em Dezembro de 94, o Governador Mário Pereira para esta Casa também mandou um reajuste diferenciado, na qual chegava aos índices atuais, não como veio de verba de representação, mas sim com um novo enquadramento na qual refletia nos vencimentos diretos dos servidores públicos e não tinha caráter de verba de representação.

Naquele momento a Bancada do PT, eu o Ernani e o Ovídio apresentamos a Emenda para que fosse feito o reenquadramento com todos os servidores públicos do Estado. E não somente aquelas categorias que vieram aqui.

Mas a Bancada já formada naquele momento para dar sustentação para o Governo Lerner, fez um tratamento isonômico por baixo de 16% para todos os servidores públicos do Estado do Paraná. Então quem faltou com a coerência naquele momento não foi a Bancada do Partido dos Trabalhadores que defendia o reenquadramento de todos e assim votou a nossa Bancada no projeto original do Governo do Estado do Paraná, naquela época Governador Mário Pereira. Nós fomos contra, os 16% para todo mundo. É necessário fazer essa explicação, porque agora logo em seguida, nós teremos uma Sessão Extraordinária aonde em 2ª Discussão a nossa Bancada apresentará algumas emendas. Como ela vai entrar para discussão amanhã, quero aqui expor o teor das nossas emendas mantendo a nossa coerência de defesa do serviço público e do Servidor Público. A primeira delas é no Artigo 2º - Chamo a atenção inclusive da Bancada Governista e dos Servidores que se encontram nesta Casa, diz, parte do artigo que diz o seguinte: - Que o percentual equivalente a 80% do vencimento básico, a ser concedido de forma gradativa em 5 parcelas de 12,47%, a partir de março de 97, não especifica qual é o período, a primeira é a partir de 03/97, 12,47% e a segunda parcela em que mês será? Fevereiro do ano que vem? Dezembro? Julho? Quando será a segunda parcela? É necessário uma emenda, e nós do PT estamos fazendo, dizendo que será 5 parcelas consecutivas e mensais, para que se possa garantir o mais breve possível os 80% para o Servidor Público. Não ficará na Berlinda, para quando será? A segunda questão: entendemos que esse direito de 80% não será somente a uma parcela dos Servidores, faremos dentro da técnica possível e permitida, uma proposta de gratificação para todos os Servidores...

O SR. HÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Estou perguntando a Presidência, se nós estamos discutindo o item 04 ou o item 05 da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós estamos no processo de votação do Projeto de Lei...

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Número 003/97.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - E o 004/97 Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós estamos no processo de votação do 003/97.

O SR. ÉLIO RUSCH - Vossa Excelência já tinha colocado em votação Senhor Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - O Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 114. Agora está sendo discutido o Projeto de Lei nº 115.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não tem problema, vale para depois.

O SR. DR. ROSINHA - Obrigado Senhor Presidente. Alcorre que nós fazemos emenda através de parágrafos, o que não prejudica o Senhor Governador se ele necessitar vetar, esta ou aquela, ele não tem necessidade de vetar a Lei como um todo, mas veta o parágrafo sem prejudicar nenhum dos seus Servidores Públicos, se assim ele desejar.

Nós também estamos apresentando, emenda ao artigo 5º do Projeto, que diz que há uma gratificação de produtividade. Se um seguimento de Servidor Público de nível Universitário, está produzindo e ele tem direito a produtividade, eu sou servidor público do Município de Curitiba de nível Universitário, e não consigo ter produtividade se os demais servidores que trabalham ao meu lado, também não produzirem junto comigo. Não consigo trabalhar sem ser uma equipe. Somente através de equipe. Então produtividade não é de um indivíduo, é de uma coletividade, é de um local de trabalho, é de uma situação de trabalho. O trabalho é produzido coletivamente, por isso, tem que ser estendido a todos os Servidores Públicos do Estado do Paraná o direito de produtividade.

No artigo 6º estabelece que a gratificação determinada no inciso 10 do artigo 172, do Estatuto do Servidor que é dada por locais de trabalho, seja incorporada na aposentadoria, e estabelece 10 anos para esta incorporação.

Nós do PT analisamos, e entendemos que 10 anos é muito tempo e por isso, estamos apresentando uma emenda reduzindo-o para 5 anos de trabalhos nesses locais. Achamos que um trabalhador, após estar 5 anos neste local ele o merece. Estamos acrescentando ao artigo, que não terá prejuízo nesta Lei àqueles que hoje já o percebem, como os trabalhadores do antigo Hospital São Sebastião da Lapa, do Hospital de Dermatologia Sanitária, antigo Hospital São Roque em Piraquara e o Hospital Adalto Botelho. E por último, a Bancada do PT, que sempre defendeu os direitos dos trabalhadores, o seu direito de organização, o seu direito de lutar e ao longo da história do Estado, os servidores públicos do Paraná, aqueles que se mobilizaram por reivindicação, que foram à luta pelos seus direitos tiveram, muitas vezes, os dias parados descontados e registrado isso em ficha funcional. Prejudicando os servidores na hora da licença prêmio ou em outro momento da carreira profissional. A Bancada do PT que já apresentou em outra ocasião e esta Casa aprovou, estamos propondo uma anistia na ficha funcional desses servidores. De maneira que ele não terá de volta o seu dinheiro, mas terá sua ficha limpa, de modo que possa gozar todos seus direitos, sem vir a perder licença prêmio, dias de férias ou qualquer um outro de seus direitos por ocasião de falta. Não implica em despesa financeira para o Governo do Estado, mas, implica, sim, a um reconhecimento ao direito de luta desses servidores, ao direito de se organizar e, por último, é o que nós da Bancada do PT clamamos: Servidores Públicos do Estado do Paraná, se organizem e vamos botar um basta em reajustes diferenciados que chegam nesta Casa com uma única razão, a de dividir o servidor em vários segmentos e ele nunca se organizar pela luta dele e fica cada um olhando no próprio umbigo, sem dar as mãos de solidariedade para conquistar seus direitos de uma maneira homogênea e uniforme. É assim que tem

que se conquistar os direitos, com organização. E, no entanto, organização impõe ao Governo que respeite-a, fazendo com que aqui para frente, reconheça as perdas salariais de maneira global e não parcialmente como vem sendo feito ao longo dos últimos anos. Não só o atual Governo, mas governos anteriores também assim agiram.

Essas são as emendas que a Bancada do PT proporá ao Projeto, visando a recuperação da dignidade dos Servidores Públicos e do serviço público do Estado do Paraná. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. - Aprovado.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 115/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/97 que objetiva conceder, conforme especifica, verba de representação aos servidores de nível universitário, visa, ainda, adotar outras providências entre as quais, algumas pertinentes ao Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C. F. COM EMENDAS DA C.C.J. E PARECER FAVORÁVEL DA C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 36, de 25.03.97. Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 115/95

PARECER:

A proposição em apreço objetiva em primeiro plano estender aos servidores do Quadro Geral de nível Superior verba de representação, a ser calculada sobre o vencimento básico, a exemplo de outras categorias de servidores de nível Superior, organizadas em carreiras próprias.

Visa também o presente projeto de lei trazer para o Quadro Geral os servidores integrantes da Tabela Salarial do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP, de forma a legalizar o enquadramento dos mesmos, uma vez que por ocasião da aplicação da Lei nº 10.219 de 21.12.92, deixou de ser procedido o enquadramento, ao contrário dos demais servidores. Tal providência permitirá que possam estes servidores perceber todas as vantagens do pessoal do Quadro Geral.

Não obstante, o acerto das medidas propostas no presente projeto de lei, são necessárias algumas alterações.

A primeira no sentido de suprimir o § 2º do artigo 2º, porque em se tratando a Gratificação de Incentivo à Pesquisa - GIP, de instrumento de aplicação do que determina o artigo 203 da Constituição Estadual, previsão da sua incumulatividade com a verba de representação ora concedida seria o mesmo que extingui-la. Portanto representaria um retrocesso relativamente às conquistas angariadas nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia.

A segunda alteração é de cunho exclusivamente esclarecedor e objetiva tranquilizar os servidores inativos, quanto ao fato de que a eles se estendem todos os benefícios concedidos aos servidores em atividade, conforme direito que lhes é assegurado no parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição Federal. Analisada a proposição e emendas ora apresentadas, restou demonstrada a inexistência de qualquer vício, quer de ordem regimental, legal ou constitucional que obste a sua tramitação.

Isto posto, é favorável o parecer desta Comissão ao projeto de lei em tela na forma das emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 08.04.97.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 115/97

PARECER:

RELATÓRIO

O presente plano de lei, oriundo de Mensagem Governamental, tem por objetivo conceder verba de representação aos servidores de nível superior do Poder Executivo e adotar outras providências pertinentes ao Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada a manifestar-se, a douta Comissão de Cons-

tituição e Justiça apresentou parecer favorável a matéria, apresentando, entretanto, duas emendas procurando suprimir o §2º, do art. 2º, visando garantir conquistas nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia e, ainda, aditivando um artigo 7º, para garantir benefícios aos servidores inativos.

CONCLUSÃO

Esta Comissão de Finanças acompanha o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e dá o seu parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 115/97, bem como às Emendas da C.C.J.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

EMENDA SUPRESSIVA
PROJETO DE LEI Nº 115/97

Fica suprimido o § 2º do artigo 2º do presente projeto de lei, passando o § 1º a denominar-se parágrafo único.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

Apoio: César Seleme.

EMENDA ADITIVA
PROJETO DE LEI Nº 115/97

Fica acrescentado ao presente projeto de lei, imediatamente antes do seu último artigo, novo dispositivo conforme redação a seguir, renumerando-se o atual artigo 7º como artigo 8º.

Art. 7º - Os benefícios decorrentes da presente lei estendem-se integralmente aos servidores inativos.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

Apoio: César Seleme.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 10 (dez) de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 115/97
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02

Ao Artigo 6º acrescenta-se Parágrafo Único com a seguinte redação:

Art. 6º -

Parágrafo Único - Os aposentados usufruirão de todos os benefícios da presente lei.

Sala das Sessões, em 07.08.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: José Tavares, Carlos Simões, Renato Adur, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Luiz Claudio Romanelli e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

Os aposentados, das abituados a ver protegidos os seus mais prementes interesses, sentem-se deveras frustrados.

Grande é a decepção que sentem os aposentados que após haver combatido o bom combate, após anos de porfia da luta na seara árdua do trabalho no serviço público, com a fronte nimbada pela auréola do saber e da experiência, conseguiram a merecida aposentadoria. E, orgulhosos olharam o futuro, antevendo nas vitórias dos colegas que ficaram, os sucessos deles próprios.

Agora decepcionados estes mesmos aposentados tomaram conhecimento que na Mensagem Governamental nº 004/97, foram excluídos dos benefícios e vantagens concedidos ao pessoal da ativa.

O Artigo 40, § 4º da Constituição Federal diz o seguinte:

"Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade,

inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei".

No § 3º do Artigo 35 da Constituição Estadual encontramos o seguinte:

"Os proventos da aposentadoria ou inatividade serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei".

No Artigo 143 da Lei nº 6.174/70 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná) verificamos o seguinte:

"Os proventos da inatividade serão sempre reajustados nas mesmas bases percentuais dos aumentos concedidos aos servidores em atividade, de categoria equivalente".

Compreende esta brava gente que, a Assembléia Legislativa do Paraná, através de seus representantes, saberá interpretar os seus anseios, adiantando que os nomes dos Senhores Deputados ficarão gravados no coração dos inativos paranaenses, com o estilete da gratidão imorredoura.

EMENDA EM Nº DE 03

O Parágrafo 2º do Artigo 2º passará a ter a seguinte redação:

Parágrafo 2º - A verba de representação é inacumulável com a gratificação de incentivo à pesquisa, criada pela Lei nº 10.068, de 28 de agosto de 1992, bem como qualquer outra gratificação concedida a título de incentivo à titulação, ou de mérito, decorrente de cursos de pós-graduação de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento, respeitado o direito de opção. As disposições dos Artigos 1º e 2º e seus parágrafos são aplicáveis aos ocupantes, ativos ou inativos, dos cargos "D.A.S. - Direção e Assessoramento Superior".

Sala das Sessões, em 07.04.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: José Tavares, Renato Adur, Toti Colaço, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Alborghetti e Basílio Zanuso.

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários que exerceram ou exercem as funções de Direção e Assessoramento Superior "D.A.S.", são na verdade aqueles auxiliares diretos, como Secretários, Diretores e Coordenadores nos diversos setores da administração, que com dedicação, eficiência e amor ao trabalho exercem o assessoramento direto. Na Mensagem Governamental nº 004/97, essa gente ficou excluída dos benefícios e vantagens concedidos aos demais servidores.

EMENDA EM Nº DE 04

O Artigo 5º passará a ter 02 (dois) parágrafos com as seguintes redações:

Artigo 5º -

Parágrafo 1º - Os servidores que prestam atendimento aos portadores de paralisia cerebral e/ou múltiplas deficiências, lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID, fica instituída a gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos.

Parágrafo 2º - O servidor lotado no CRAID terá incorporado aos seus proventos de aposentadorias a gratificação especial de que trata o parágrafo anterior, se houver exercido atividade nele previsto por um período não inferior a 5 anos consecutivos ou não.

Sala das Sessões, em 07.04.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Carlos Simões, Renato Adur, Toti Colaço, Geraldo Cartário, Orlando Pessuti, Luiz Claudio Romanelli e José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

O Centro Regional de atendimento Integrado ao Deficiente, órgão da SESA/ISEP, foi criado em fins de 1986, através de convênio firmado entre SESA/FSCMR (hoje ISEP) e INAMPS, e tem como base padrão uma equipe multiprofissional, que propicia um atendimento altamente

especializado, o qual é realizado diariamente e em tempo integral a uma camada da população até então desassistida.

Atualmente é um centro de referência estadual, nacional e, inclusive internacional, para o atendimento aos pacientes, sejam crianças, jovens e adultos, portadores de paralisia cerebral e múltiplas deficiências das mais diferentes etiologias, que para receberem um diagnóstico conclusivo, tem que obrigatoriamente realizar através do contato direto com os servidores, triagem, avaliação, diagnóstico, reuniões clínicas, estudos do caso e possíveis encaminhamentos, onde é decidida a melhor atitude a ser adotada, que venha a beneficiar a Família e a Instituição.

O CRAID - Como Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente, atende prioritariamente os pacientes portadores de Paralisia Cerebral, na faixa etária de 0 a 19 anos, e os pacientes portadores de deficiência Visual - Visão Subnormal, na faixa etária de 03 a 82 anos, com finalidade precípua de tentar habilitar e reabilitar o potencial desses pacientes para a vida social, profissional e/ou mesmo produtiva.

Para o atendimento aos pacientes portadores de paralisia cerebral e/ou múltiplas deficiências, predispõe o servidor lotado no CRAID a apresentar alterações gerais ou específicas, caso não se ofereçam condições no mínimo adequadas, para que o mesmo mantenha sua estrutura global, para manter o padrão de qualidade de atendimento, dentro dos níveis esperados, por exemplo: condições de trabalho, emocionais, financeiras, lazer, etc..

Por outro lado, a presente Emenda visa dar equidade de tratamento no que se refere a remuneração do servidor público do Estado do Paraná que presta serviços no CRAID, pois, os Professores da rede Estadual de Ensino que prestam atividades de educação ou reabilitação de excepcionais no CRAID já percebem referida gratificação correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos seus vencimentos, por força do Artigo 75 da Lei Complementar nº 07 de 22 de dezembro de 1976, (xerox anexo), referendado pelo Decreto nº 6.146 de 22.02.86 do Governador do Estado (xerocópia anexa).

A aprovação desta Emenda beneficiará apenas 46 funcionários atualmente, lotados no CRAID, que dão atendimento direto aos portadores de deficiências.

LEGISLAÇÃO DO MAGISTÉRIO

APRESENTAÇÃO

O Estatuto do Magistério do Estado do Paraná, promulgado em dezembro de 1976, e alterado durante os anos de vigência, constitui-se num instrumento importante, definidor dos direitos e obrigações da categoria e norteador das suas relações com o Estado. Por isso, o seu conhecimento e observância fazem-se necessários. No entanto, o grande motivo que nos leva a imprimir o Estatuto atualizado é a intenção comum do Governo e da Associação dos Professores do Paraná de submetê-lo a discussões, objetivando o seu aperfeiçoamento.

Esperamos, portanto, esse duplo benefício do conhecimento e análise do Estatuto do Magistério que, com certeza, hoje e futuramente, nos instrumentará na busca do ensino público de qualidade em nosso Estado.

Curitiba, junho de 1988.

BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR
Secretário de Estado da Educação

LEI COMPLEMENTAR Nº 7

DATA: 22 de dezembro de 1976

SÚMULA: Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1º e 2º Graus, de que trata a Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

DECRETO Nº 6146

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no artigo 75 da Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976 e nos Pareceres 236/82 e 316/82, do Conselho Estadual de Educação,

DECRETO

Art. 1º - Para o exercício de atividades de educação e reabilitação de excepcionais, o Professor ou Especialista de Educação deve possuir habilitação legal, complementada por qualificação específica nesta área.

§ 1º - Entenda-se por atividades de educação e reabilitação de excepcionais:

- a) o exercício de regência de classe especial, em unidade escolar da Rede Estadual de Ensino ou conveniada, em qualquer nível de atuação;
- b) o exercício de orientação direta ao educado especial, em unidade central do sistema;
- c) o exercício de direção de unidade escolar integrante da Rede Estadual de Ensino, que seja exclusivamente de atendimento excepcionais;
- d) o exercício da chefia principal da unidade central do sistema, para o trato da Educação Especial.

§ 2º - Entende-se por habilitação legal:

a) para o exercício de funções docentes, disposto no Art. 30 da Lei Federal nº 5692/71 de 11 de março de 1971.

b) para o exercício de atividades de Especialista de Educação, quer em função de direção de unidades especiais, quer em função de orientação direta de educandos excepcionais, quer em função de chefia da unidade central do sistema, o disposto no art. 33 da Lei Federal nº 5692/71.

c) habilitação específica obtida em curso de graduação pós-graduação ou Estudos Adicionais devidamente autorizados pelo sistema, correspondente ao nível de atuação do Professor ou Especialista de Educação.

§ 3º - Entende-se por qualificação específica na área de educação ou reabilitação de excepcionais aquela obtida através de cursos de qualificação estruturados de forma a atender à carga horária e aos conteúdos curriculares da parte de Formação Especial previstos para Estudos Adicionais, na respectiva área, devidamente aprovados pelo Conselho Estadual de Educação e autorizados pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º - Pelo exercício das atividades indicadas no artigo 1º deste Decreto, o Professor ou Especialista de Educação perceberá na forma do art. 75 da Lei Complementar nº 7/76, uma gratificação especial correspondente a 50% (cinquenta por cento) de seu vencimento, incorporável aos seus proventos de aposentadoria, se a tiver exercido por um período não inferior a 5 (cinco) anos consecutivos.

§ 1º - A gratificação especial de que trata o "caput" deste artigo é deferível em apenas um dos cargos, se o Professor ou Especialista de Educação estiver em acúmulo dos cargos.

CAPÍTULO LX

DAS VANTAGENS

Art. 70 - Além do vencimento do cargo, o Professor ou Especialista de Educação poderá receber as vantagens seguintes:

- I - gratificações;
- II - ajuda de custo;
- III - diárias;
- IV - salário-família;
- V - auxílio-doença.

SEÇÃO I

DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 71 - Conceder-se-á gratificação ao Professor ou Especialista de Educação:

- I - como adicional por tempo de serviço, na forma estabelecida em Lei;
- II - pelo exercício em escolas de educação especial;
- III - quando designado para exercer, fora do período normal ou extraordinário de trabalho remunerado a que estiver sujeito, as funções de auxiliar ou membro de bancas ou comissões de concurso público;
- IV - pelo exercício do encargo como auxiliar ou professor em curso legalmente instituído sempre que realizar a atividade excedente de suas horas regulares de trabalho.

Art. 72 - O Professor ou Especialista de Educação obterá gratificação por tempo de serviço, à base:

- I - de 25% (vinte e cinco por cento), após completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 13, deste Estatuto;

(*) Redação dada ao "caput" do artigo 68, da Lei Complementar número 13, de 23 de dezembro de 1981.

- II - ao completar 30 (trinta) anos de exercício, 5% (cinco por cento) por ano excedente, até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único - A incorporação da gratificação adicional será imediata, inclusive para o efeito de aposentadoria, e computada sobre as alterações havidas nos vencimentos.

Art. 73 - A gratificação adicional por tempo de serviço será concedida ao Professor ou Especialista de Educação somente se estiver no serviço público.

Art. 74 - O Professor ou Especialista de Educação que exercer cumulativamente mais de um cargo terá direito à gratificação adicional por tempo de serviço em relação a cada um deles, mas os períodos de uma concessão não serão considerados para nova concessão em outro cargo.

Art. 75 - Pelo exercício em atividade de Educação ou Reabilitação de excepcionais, o Professor ou Especialista de Educação perceberá uma gratificação especial correspondente a 50% (cinquenta por cento) de seus vencimentos, incorporável aos seus proventos da aposentadoria, se houver exercido por um período não inferior a 5 (cinco) anos consecutivos.

Parágrafo único - A partir da presente Lei somente serão designados para o exercício em atividade de educação ou reabilitação de excepcionais o Professor ou Especialista de Educação que possuir habilitação específica nesta área.

Pag. 1

DIÁRIO OFICIAL

CURITIBA, 21/04/1983

Diário Oficial

S. B. FREITAS NETTO

Diretor Geral

VDO. S. BUSCHLE

Diretor Adjunto

Vice das Publicações (of. Unipress)

PAIX

Diretor

Cadastro e Circulação

Preços (Inscrições sobre publicações)

Unipress

R\$ 4.441

R\$ 25.2812

R\$ 55.916

R\$ 15.9542

COMPOSIÇÃO	PUBLICAÇÕES			
	Dez. 82	Dez. 82	Três meses	Dez. 82
União curitiba	30,00	75,00	115,00	25,00
Quarta de trabalho	135,00	715,00	775,00	65,00
Obras Circulantes: cada volume a 100,00 e 100,00 em 100,00, de acordo com o valor de cada obra.				

ASSINATURAS

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO		
Assinatura oficial	CA	1.000,00
Cadastramento oficial	CA	1.000,00
DIÁRIO DA JUSTIÇA		
Assinatura oficial	CA	4.000,00
Cadastramento oficial	CA	7.000,00
DIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA		
Assinatura oficial	CA	150,00
Cadastramento oficial	CA	300,00
MEMÓRIAS AVULSAS		
Diário Oficial	CA	30,00
Diário de Notícias	CA	40,00
Diário de Notícias de Curitiba	CA	25,00
Resumo mensal de notícias oficiais - por assunto	CA	25,00
CDIAS XEROGRÁFICAS		
Laboratório Público Estadual	CA	15,00
Reprodução em geral	CA	30,00

DECRETO Nº 1.014

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no artigo 75 da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, e no Decreto nº 7.472 e 115.821, da Comissão Estadual de Educação.

DECRETO Nº

Art. 1º - Para o exercício das atividades de educação na habilitação de surdos-mudos, o Professor de Especialidade de Educação deve possuir habilitação legal, reconhecida por qualificação específica nessa área.

§ 1º - Entende-se por atividades de educação na habilitação de surdos-mudos:

a) o exercício da função de ensino de língua portuguesa, no âmbito escolar de ensino de língua portuguesa, em qualquer nível de ensino;

b) o exercício da orientação direta ao surdo-mudo, no âmbito escolar de ensino;

c) o exercício da direção de unidade escolar, no âmbito de ensino de língua portuguesa, que não esteja submetida ao planejamento e acompanhamento;

d) o exercício de chefe principal de unidade escolar de ensino, para o ensino de língua portuguesa.

§ 2º - Entende-se por habilitação legal:

a) para o exercício da função docente, de acordo com a Lei Federal nº 5.692, de 11 de dezembro de 1971;

b) para o exercício das atividades de ensino de língua portuguesa, que se façam de direção de unidade escolar, ou de chefe principal de unidade escolar, ou de chefe de unidade escolar de ensino, que não esteja submetida ao planejamento e acompanhamento, de acordo com o art. 3º da Lei Federal nº 5.692/71;

c) habilitação específica obtida em curso de formação de Professores de Educação Especial, ou em curso de formação de Professores de Educação Especial, ou em curso de formação de Professores de Educação Especial, ou em curso de formação de Professores de Educação Especial.

§ 3º - Entende-se por qualificação especial: a) a área de educação de surdos-mudos, o conhecimento específico obtido através de cursos de qualificação específicos, ou de forma a atender à carga horária e aos conteúdos curriculares de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial.

Art. 2º - Para o exercício das atividades indicadas no artigo 1º deste Decreto, o Professor de Especialidade de Educação deve possuir habilitação legal, reconhecida por qualificação específica nessa área, e ser inscrito no Conselho Estadual de Educação e no Conselho Estadual de Educação, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial.

§ 3º - A qualificação especial de que trata o artigo 1º deste Decreto é definida no Anexo ao Decreto nº 1.014, de 21 de fevereiro de 1983, e o Professor de Especialidade de Educação receberá o salário de acordo com o Anexo.

§ 4º - Para o exercício das atividades de que trata este artigo, o Professor de Especialidade de Educação deve possuir habilitação legal, reconhecida por qualificação específica nessa área, e ser inscrito no Conselho Estadual de Educação e no Conselho Estadual de Educação, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial.

Art. 3º - Para o exercício das atividades de educação na habilitação de surdos-mudos, o Professor de Especialidade de Educação deve possuir habilitação legal, reconhecida por qualificação específica nessa área, e ser inscrito no Conselho Estadual de Educação e no Conselho Estadual de Educação, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial.

Art. 4º - A LICENÇA especial de instrução que se refere ao exercício da função docente de ensino de língua portuguesa, no âmbito escolar de ensino de língua portuguesa, em qualquer nível de ensino, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial, ou de acordo com o Plano de Ensino de Educação Especial.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, em 21 de fevereiro de 1983.
1929 da Independência e 129 de República.

JOSE ROSEN DE SOUZA

Governador do Estado

IRAN MARTIN BACHION

Secretário de Estado de Educação

EMENDA EM Nº DE 05

"Acrescente-se um Artigo ao Projeto de Lei nº 115/97, com a seguinte redação:

Art. 7º - Estende-se aos demais servidores dos quadros especiais e do Quadro Geral do Estado, o percentual a que se refere o Art. 2º e seu parágrafo 1º, sem prejuízo das demais gratificações atribuídas".

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.97.

(a) RENATO ADUR

Apoio: Orlando Pessuti, Toti Colaço, Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha e Péricles Mello.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO EM Nº DE 06

Acrescenta-se a um Artigo 7º, reenumerando-se o 7º como 8º, do Projeto de Lei nº 115/97, com a seguinte redação:

Art. 7º - Ficam anistiados os funcionários públicos que foram punidos em razão de participação em movimentos reivindicatórios.

§ 1º - Os funcionários punidos por participarem de movimentos reivindicatórios, não serão penalizados para efeitos de aposentadoria e licença prêmio, porém não serão ressarcidos os dias descontados.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
IRINEU COLOMBO
DOUTOR ROSINHA
ÂNGELO VANHONI

Apoio: Orlando Pessuti.

EMENDA ADITIVA EM Nº DE 07

Acrescente-se parágrafo único, ao artigo 5º do Projeto de Lei nº 115/97, com a seguinte redação:

Parágrafo Único - Concede-se aos demais funcionários do Quadro Geral a Gratificação de Produtividade, valor fixo de R\$ 165,00.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
IRINEU COLOMBO
DOUTOR ROSINHA
ÂNGELO VANHONI

Apoio: Orlando Pessuti.

EMENDA MODIFICATIVA EM Nº DE 08

Modifica o Artigo 6º, do Projeto de Lei nº 115/97, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º - A gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, prevista no inciso X do Artigo 172 da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970, integrará os proventos de aposentadoria do servidor, desde que percebida por um período não inferior a 5 (cinco) anos consecutivos, respeitados os direitos adquiridos.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
IRINEU COLOMBO
DOUTOR ROSINHA
ÂNGELO VANHONI

Apoio: Orlando Pessuti.

EMENDA ADITIVA EM Nº DE 09

Acrescente-se ao Artigo 2º um parágrafo 3º, do Projeto de Lei nº 115/97, com a seguinte redação:

§ 3º - As parcelas graduais de que tratam o "caput" deste artigo serão concedidas mensal e consecutivamente.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
IRINEU COLOMBO
DOUTOR ROSINHA
ÂNGELO VANHONI

Apoio: Cafo Quintana.

EMENDA ADITIVA EM Nº DE 10

Acrescente-se ao Artigo 2º um parágrafo 4º, do Projeto de Lei nº 115/97, com a seguinte redação:

§ 4º - As vantagens de que tratam o presente artigo e parágrafos, ficam estendidas a todos os demais funcionários do Quadro Geral.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
IRINEU COLOMBO
DOUTOR ROSINHA
ÂNGELO VANHONI

Apoio: Cafo Quintana.

Em discussão, em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em nome da Bancada do PMDB, a exemplo do que fizemos no projeto anterior, a Bancada do PMDB manifesta seu total apoio e votará favorável a esta proposta de Verba e Representação aos servidores de nível superior do Estado do Paraná. E essa nossa posição não poderia ser diferente, porque há 2 anos e 5 meses em dezembro de 94, o então Governador Mário Pereira, propôs a esta Casa em Mensagem do Poder Executivo, onde fazia uma série de ajustes na tabela do pessoal de nível superior. E naquela oportunidade com algumas vantagens em relação a que hoje se propõe. Na ocasião a proposta instituiu de certa forma, também, um plano de cargos e salários e o ajuste proposto que na média superava a casa dos 60%, alguns recebendo até mais que 100%, ele era proporcionado em uma única parcela. Mas entendemos que mesmo tendo se passado 2 anos e 4 meses, a proposta chega a esta Casa e ela vem em benefício dos servidores de nível técnico superior do nosso Estado, mesmo que na forma de uma verba de representação. Mas é um benefício que chega e que tem que ser por nós acatado e aprovado. É verdade que se naquela oportunidade - em 94 - tivéssemos proporcionado a aprovação da proposta do ex-Governador Mário Pereira, teríamos, sem sombra de dúvida, tido a oportunidade de oferecer a esses servidores uma condição de vida melhor, uma condição de trabalho melhor e uma condição, evidentemente, de produtividade também maior. Se não foi possível ao governador Jaime Lerner mandar a proposta na forma de um plano de cargos e salários, de uma revisão desse plano, se não foi possível mandar na forma de uma verba de representação com uma só parcela, ele deve ter seus motivos. Cabe a nós, neste momento, dar sequência e aprovação a esta proposta, que embora entendamos seja, ainda, de certa forma paliativa, porque vem na forma de verba de representação e não vem como reajuste salarial ou de um plano de cargos e salários, mas ela vem de forma concreta também a contribuir com um melhor salário para esses servidores.

Então em meu nome pessoal e em nome dos Deputados do PMDB, queremos manifestar nosso apoio e dizer ao Deputado Florisvaldo Fier, que talvez, principalmente nessa questão das parcelas, se colocarmos aqui, única e exclusivamente, em 5 parcelas consecutivas de 12,47, eu acredito que já estará resolvido. Poderíamos resolver isso por ocasião do autógrafo, poderíamos fazer uma anotação na Mensagem e corrigir isso por ocasião do autógrafo, sem a necessidade até, de repente, de termos uma emenda que proporcionaria - quem sabe, a retirada do projeto.

Portanto, queremos cumprimentar os servidores de nível técnico superior por esta conquista e dizer que a partir desta conquista dos servidores de nível técnico superior, deveremos todos nós, iniciar uma maratona de reivindicações em favor dos demais servidores que não são contemplados neste momento. Eu, diferentemente do Deputado Florisvaldo Fier, entendo que o Governo, muitas vezes, para corrigir distorções, para corrigir erros que ao longo do tempo se acumularam, entendo que o reajuste diferenciado, muitas vezes, deva existir, para que a gente possa corrigir - naquele momento - as injustiças que porventura sejam maiores para determinado segmento dos servidores. Tem portanto, o projeto, nosso apoio irrestrito e terá o voto da Bancada do PMDB.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Ouvi o Deputado Rosinha e outros manifestando-se neste dia, vamos possivelmente na votação em segunda discussão deste projeto, nos depararmos com uma situação costuma quando existe aumento de servidor. Que é ficarmos contra a parede entre o benefício de todos ou então, por votar o benefício de todos poder proporcionar um veto que acaba gerando prejuízo à parte beneficiada.

Temos dispositivos constitucionais do Supremo Tribunal Federal resgatando de que aumentos devam ser dados na mesma época e na mesma data a todo o funcionalismo, questão discutida, ainda, se gratificações estão embutidas dentro disso ou não. Dito isso gostaria de fazer uma solicitação aos companheiros parlamentares desta Casa, que as emendas que eventualmente foram apresentadas, Deputado Pessuti, a esse projeto de lei, e me parece que foi isso colocado pelo Deputado Rosinha, sejam apresentadas como parágrafos ou artigos independentes ao projeto. Porque, se votados aqui e eventualmente sofrer um veto por parte do Governo, veta a emenda e não prejudica o objetivo desse que já conquistaram, me parece que foi essa colocação Deputado Rosinha, colocação da Bancada do PT, e quanto a isso quero desde hoje dizer que votarei favorável a essas Emendas em razão delas não prejudicarem o conteúdo geral do projeto em caso de serem vetados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto em votação Aprovado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 648, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 654, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Srs. Deputados Carlos Simões, Orlando Pessuti e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Desde já designo uma Comissão sob a coordenação do Deputado Luiz Claudio Romanelli, e composta dos seguintes membros: Joel Coimbra, Basílio Zanusso, José Maria Ferreira e Péricles Mello para constituir essa Comissão. Solicito ao autor do requerimento que proceda as providências necessárias para que essa comissão possa agir imediatamente.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Para Encaminhar) - V.Exa. permite encaminhar o Requerimento do Deputado Caíto Quintana, visto simplesmente para cumprimentar o Deputado Caíto Quintana, pela brilhante iniciativa, visto que após a sua experiência como Parlamentar, Chefe da Casa Civil, achou por bem de homenagear um dos homens que nós mais respeitamos, não eu, mas todo o Paraná, especialmente V.Exa. Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, que é o Dr. Francisco Cunha Pereira. Nessa Comissão Especial, uma Comissão Especial para se levantar e representar o Paraná, em nível de MERCOSUL, e talvez, inclusive em nível de União Europeia, acredito que o Deputado Caíto Quintana apresentou um dos requerimentos mais inteligentes e mais prósperos de que a Assembléia vai desfrutar. Porque o conhecimento já demonstrado pelo grande paranimismo do Dr. Francisco Cunha Pereira, nos dá a garantia e a certeza de que o Paraná entrará todos os Estados da Federação Nacional, Federação do Brasil, haverá de se destacar pela liderança incontestada do Dr. Francisco Cunha Pereira. Parabéns ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quero felicitar o Deputado Cartário pelos olhos de lince que tem, porque nem havia lido o requerimento ainda. Sabia que V.Exa. era ligeiro, mas tão ligeiro assim não.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, desejo que faça registrar na Casa e constar na Ata, a presença do Prefeito de Ibiporã, Antonio Nadir Bigati, e de seu vice José Alípio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Vou ler o requerimento nº 652, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente.

"O Deputado que o presente subscreve no uso de suas

atribuições regimentais propõe a deliberação da Casa, o patrocínio da constituição de um Comissão representativa do Paraná de alto nível e coordenando as ações dos Poderes constituídos com a sociedade organizada para a sustentação da proposta de consolidar a cidade de Curitiba com o capital do MERCOSUL em caráter virtual e no marco da integração continental, que a atual comissão tenha coordenação geral do jornalista Dr. Francisco da Cunha Pereira, primeiro defensor da tese em exame".

Endossamos também. Todos nós endossamos, não tão ligeiro como o Cartário.

A Comissão terá, aliás, o Deputado Caíto Quintana como autor do requerimento terá a Coordenação e também está encarregado de manter o contacto com o Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho para comunicar-lhe a decisão da Assembléia. Em Discussão. Em Votação. **Aprovado.** (continua a ler requerimentos).

Requerimento nº 647, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regulamento Interno.

Requerimento nº 610, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, qual o teor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê o requerimento).

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, V.Exa é um Presidente lúcido. Querida, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, inclusive, procurei as Lideranças e quero crer que este requerimento deveria ser sobrestado até que se termine o processo de auditoria que o próprio Governo Jaime Lerner mandou realizar no Banco do Estado do Paraná, sobre o procedimento funcional dos Diretores que inclusive foram depor na CPI do Senado da República. De nada adianta esta Casa aprovar um requerimento de congratulações sobre o desempenho pessoal deste ou daquele funcionário. Sobre estes funcionários restam esclarecimentos que tem que ser dados inclusive a esta Casa e nós publicamente, a Assembléia Legislativa, cada um de nós aqui tem sido cobrados sobre as posições que estão sendo tomadas em relação especialmente à não constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Sou daqueles que tem perfilado, daqueles que espera providências do Governador Jaime Lerner, por isso, Sr. Presidente, esta Casa de Leis é uma casa respeitada pelas suas posições sempre ponderadas por isso que creio que aprovar um requerimento de congratulações à Diretoria se o desempenho eu não avalio que tenha sido brilhante e acho que não é o caso de nós endossarmos posições que estão sendo questionadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito que o Senado da República conduz e especialmente quando o próprio Governador Jaime Lerner realiza auditorias para verificar desempenho destas pessoas que no desempenho destes cargos públicos podem ou não, esperamos que não, ter praticado atos lesivos e inclusive alguns já estão caracterizadamente lesivos ao interesse público, então queria pedir a todos os Srs. Deputados que este requerimento fosse sobrestado, não fosse votado nem fosse retirado mas que o autor dele pudesse na verdade adiar esta votação até que esta Casa pudesse ter amplo convencimento de todas as Bancadas das posições que deve tomar. Creio que é a posição de maior bom-senso que esta Casa pode tomar.

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar) - Quero concordar com o Deputado Romanelli e dizer o seguinte: Isto nos envergonha enquanto Deputados porque se a maioria dos Deputados quer silenciar sobre as denúncias graves, se recusa a investigar o BANESTADO é uma coisa

que já causa perplexidade e desolação, agora, festejar em cima deste silêncio é muito pior. Os historiadores do Paraná daqui há alguns anos vão saber que esta Assembléia aprovou um requerimento desta natureza num momento histórico que uma série de dúvidas levantam sobre a clareza do BANESTADO e vamos elogiar e manifestar apoio à Direção do Banco? Não, por favor, isto fere a nossa consciência cidadã, a nossa situação como representante de mandato popular e peço ao Líder do Governo que retire para não envergonhar a Assembléia Legislativa, este requerimento.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar) - Acho que o Deputado Valdir Rossoni e até o próprio Governador desconheciam o fato de que a Direção do Banco do Estado comprou ações, títulos, 60 dias depois de que a CPI foi instalada conforme até o próprio depoimento do Presidente do Banco no Senado Federal, então acho que aprovar um requerimento como este como falou o Deputado Péricles, como se referiu o Deputado Romanelli, até que todas as dúvidas fiquem bem esclarecidas não vejo problema nenhum que a Assembléia vote um requerimento desta natureza e que tenha o apoio da unanimidade dos Deputados desta Casa mas é por bem esperar que todo este processo termine, muito mais ainda de que o próprio Governador acho que desconhecia que o seu Banco, nosso Banco, comprou perto de 30 milhões de reais de títulos de Alagoas 60 dias após a CPI ser instalada no Congresso Nacional.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, acho que esta Casa, Deputado Valdir, poderia sem dúvida alguma pelo empenho que todos nós temos pelo Banco do Estado do Paraná fazer um requerimento por exemplo de demonstração de confiança no Banco do Estado do Paraná, de valorização dos seus funcionários, sim, por que não, de um engajamento das empresas do Paraná trabalharem com o nosso Banco, uma demonstração de saúde financeira do nosso Banco, mas fico pensando apenas uma coisa, votamos no dia de hoje um requerimento de aplauso ao desempenho quando o próprio Governo tem uma sindicância e olha, não quero ser aqui cartomante, como falou V.Exa., mas seguramente haverá substituição de alguns dos Diretores do Banco. Então eu me pergunto como é que vamos ficar perante a opinião pública do Paraná se daqui a uma semana mudar membros da diretoria do Banco enquanto a Assembléia está dando voto de regozijo à diretoria como um todo. Acho que cautela e caldo de galinha não faz mal para ninguém. Podíamos esperar um pouco terminar esta sindicância e a partir daí fazermos um empenho todos juntos de valorização do Banco do Estado do Paraná que é uma entidade que merece o apoio de todos nós.

O SR. CÉSAR SILVESTRI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bancada do PSDB votará favoravelmente ao requerimento mas faz questão de fazer uma ressalva. Estamos votando hoje o desempenho na CPI por parte do Presidente e da Diretoria do BANESTADO. Agora votaremos favorável e faço questão de fazer um apelo ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, está sendo feito como disse o Deputado Romanelli, o Deputado Caíto, uma auditoria no BANESTADO. Votaremos favoravelmente com a ressalva de que se for apurada qualquer irregularidade através desta auditoria vamos exigir que as medidas necessárias sejam tomadas. Então seria esta a ressalva e queremos também participar e ter conhecimento desta auditoria. Queremos ter acesso a esses documentos para que também possamos exigir estas medidas por parte do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - Quero reafirmar aqui o meu requerimento e dizer do objetivo deste requerimento. É para demonstrar à população paranaense do apoio que tem a instituição BANESTADO, quando ele disse que tão logo o Governador Jaime Lerner recebeu mesmo que anônimo denúncias sobre as questões do BANESTADO que o Governador o chamou na sua própria casa e pediu ao Presidente do BANESTADO que instalasse auditorias e que se achar alguma irregularidade o Governador

tomará as medidas cabíveis e necessárias para o caso.

Quero me comprometer aqui com o Líder do PSDB que V. Exa., terão conhecimento das auditorias e terão conhecimento das medidas se forem necessárias que o Governador tenha que tomar. O que queremos é pedir a responsabilidade do poder político paranaense para que possamos trazer tranquilidade à instituição BANESTADO, porque neste momento de festiva de denúncias sem consistência, de denúncias sem nenhuma prova, está trazendo intranquilidade a instituição BANESTADO.

Devido a esta situação é que pedimos aos ilustres Parlamentares e mesmo aos Deputados que não concordam com o teor do requerimento, mas acredito que o objetivo é este que expliquei a V.Exa. em ter a instituição do BANESTADO respeitada neste momento e por isso peço aos nobres Parlamentares que aprovemos este requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Queria que V.Exa. lesse o requerimento, se fosse possível, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Se for instituição BANESTADO votamos a favor.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Lê o requerimento).

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor

Presidente, nós, ao longo desses quatorze anos que estamos na Assembléia em todos os momentos estivemos ao lado da instituição Banestado, não só do Banestado Banco Comercial, mas também das demais empresas pertencentes ao conglomerado. Agora, o Requerimento do Deputado Rossoni ele diz que os esclarecimentos, as informações foram precisas, concisas, e que esclareceram de uma vez por todas as dúvidas, esse é o teor do Requerimento. Nós estivemos aqui de primeiro ao último minuto da Sessão Secreta desta Casa, grande parte dos Parlamentares não se sentiram devidamente esclarecidos com as explicações aqui prestadas, e tenho certeza que também muitos Senadores da República, não só o Senador Roberto Requião, mas muitos Senadores da República não estão satisfeitos ainda com todos os esclarecimentos prestados pela diretoria, ou melhor, por alguns diretores do Banestado perante a CPI, tanto que aprovaram no dia de ontem a quebra de sigilo bancário dos dirigentes do Banestado para buscar novas informações e esclarecer alguns fatos, por unanimidade da Comissão. Então, não é apenas a posição do Senador Roberto Requião, porque muitos dos seus Requerimentos já propostos não foram aceitos, e este foi. Então, dúvidas pairam, não só a Parlamentares, não só a comunidade paranaense, mas também na CPI que se discute no Senado. Fosse o Requerimento do Deputado de voto de regozijo ao Banco do Estado do Paraná, ou alguma de suas empresas vinculadas no sentido de apoiar, de manifestar o trabalho que se faz em favor da microempresa, em favor do fomento no Estado do Paraná, em favor daquilo que se faz na industrialização com os recursos oriundos do fundo de desenvolvimento econômico, recentemente ficamos sabendo da liberação de recursos para o setor da seda, da citricultura, fosse nessa linha o Requerimento não tenho nenhuma dúvida que a unanimidade da Assembléia aprovaria, mas nos termos que propõe o Deputado Rossoni, estando ainda em investigação as pessoas que pretendem ser homenageadas pela Casa, regozijadas pela Casa, eu, com toda sinceridade, não me sinto em condições de votar a favor desse Requerimento e solicito aos Deputados que integram a Bancada do PMDB, que nos acompanhem ao voto contrário a esse Requerimento, que não é contra o BANESTADO não, porque a história nossa e da maioria dos Deputados nesta Casa provam que sempre poderemos estar ao lado de pessoas que eventualmente ocupem as funções de dirigentes daquela instituição, e que no exercício desta função deixam dúvidas com relação ao seu comportamento correto ou incorreto.

Por esta razão, votaremos contrário a este Requerimento do Deputado Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. PÉRICLES DE MELO - Verificação de votação Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam o Requerimento queiram levantar-se. Quarenta Deputados aprovam. Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Oito rejeitam. Requerimento **aprovado**.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Registrar o voto contrário da Bancada dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tudo bem.

Requerimento nº 593, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Prejudicado**.

Requerimento nº 626, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 627, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 628, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 629, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 630, 631, 632, 633, 634 e 635, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 636, 637, 638 e 639, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 644, de autoria do Senhor Deputado Péricles ~~de~~ Melo, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 645 e 646, de autoria do Senhores Deputados Péricles ~~de~~ Melo, Irineu Colombo, Doutor Rosinha e Angelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 649, 650 e 651, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 655, de autoria do Senhor Deputado Sergio Spada, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 656, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 659, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 660, de autoria do Senhor Deputado Duffio Genari, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 661, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/95

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 484, 105, 111, 114/96 e 115/97

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 578/96

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/97.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 10, às dez horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO -

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/97

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/97

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 578/96

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 003, 006, 027 e 028/97.

Levanta-se a Sessão.